



Nº 1144 - Semanal
0,50 €

7 Março 2002

ACÇÃO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director António José Seguro Director-adjunto Silvino Gomes da Silva
Internet www.ps.pt/accao E-mail accao.socialista@partido-socialista.pt

“Vamos vencer, apesar de tudo”. A frase do presidente Almeida Santos, no dia da passagem da caravana por Coimbra, ilustra bem a crença socialista na vitória a 17 de Março. Depois da ideia de que tudo estava em aberto, cresce a convicção de que o PS vai renovar a maioria e conquistar de novo a confiança dos portugueses. Estes primeiros dias de campanha pelo Sul do País revelaram-se decisivos para a mobilização dos nossos militantes e fazer passar a mensagem de que as propostas e soluções do PS são as melhores para Portugal. O nosso candidato a primeiro-ministro tem demonstrado preparação, solidez, conhecimento, facilidade no contacto com os eleitores e agilidade no ataque político. Ferro Rodrigues tem sabido marcar muitos pontos e provou ser o homem certo de que o País precisa.



UMA CAMPANHA SEMPRE A SOMAR

A2 PRONTA EM JULHO

Portugal “começa a ter uma rede rodoviária nacional a sério”. O primeiro-ministro voltou a garantir na sexta-feira que os últimos 180 quilómetros da auto-estrada para o Algarve, já em construção, estarão prontos em Julho deste ano. ► Página 4

EURO-2004

POLÉMICA INSENSATA E INÚTIL

A campanha laranja, desregrada e irresponsável, já não visa apenas adversários políticos. Ameaça também a imagem de capacidade de realização de Portugal no contexto internacional. ► Página 4

CANDIDATOS PS DENUNCIAM POPULISMO DA DIREITA

► Página 9

SILVA LOPES ALERTA

CHOQUE FISCAL DO PSD SERIA CATASTRÓFICO

O ex-governador do Banco de Portugal Silva Lopes, um dos independentes que apoiam Ferro Rodrigues, alertou que o “choque fiscal” preconizado por Durão Barroso – que apenas beneficiará escandalosamente uma ultraminoria de portugueses com rendimentos elevados – terá consequências “catastróficas” para o País. ► Página 11

A SEMANA REVISTA

Arranca a campanha eleitoral para as eleições legislativas de 17 de Março. O PS iniciou no distrito de Leiria a sua volta pelo País com Ferro Rodrigues a garantir que o aeroporto da Ota irá por diante na medida em que é do interesse nacional a sua construção. Numa dinâmica de vitória a nossa caravana tem crescido no apoio popular e na adesão à mensagem do PS. Nos distritos, os candidatos a deputados pelas listas do PS têm estado imparáveis, desmultiplicando-se em contactos e acções de campanha.

O Presidente da República chamou a Belém os principais intervenientes no processo do Euro 2004 a fim de terminar com a novela que causou já demasiados danos à imagem de Portugal por culpa do novel autarca portuense. O Governo e Ferro Rodrigues sobre esta matéria têm dito e reafirmado que para o Euro nem mais um Euro na medida em que se tem cumprido com tudo o que estava programado e protocolado.

O primeiro-ministro visitou as obras da auto-estrada para o Algarve e garantiu que estarão concluídas em Julho deste ano. António Guterres recordou que em 1995 a A2 apenas chegava à Marateca, mas que a partir do Verão os portugueses poderão ir de Valença a Vila Real de Santo António sempre por auto-estrada.

Foi inaugurado por Capoulas Santos o primeiro bloco de rega do Alqueva. Trata-se de um acto simbólico a evidenciar que o empreendimento não é apenas uma grande barragem mas um sistema agrícola completo.

A execução do III Quadro Comunitário de Apoio foi de 76 por cento no segundo semestre de 2001, uma taxa que excede em 30,1 por cento a média comunitária, segundo dados revelados pela ministra do Planeamento, Elisa Ferreira.

Jaime Gama, na qualidade de presidente em exercício da OSCE, deslocou-se ao Cáucaso para discutir e analisar com os responsáveis políticos daquela zona do globo as possíveis soluções para resolver os conflitos separatistas na região.

Em Bruxelas iniciou-se a Convenção sobre o futuro da Europa em que participam António Vitorino, Luís Marinho e Alberto Costa. Este modelo da Convenção junta parlamentares europeus e nacionais, representantes do Conselho e da Comissão, bem como observadores dos países candidatos à adesão, que têm por missão elaborar uma proposta de Constituição Europeia a ser presente à Conferência Intergovernamental de 2004.

DE CASTIGO... "até morrer"

"Como nos vamos ver livres deles?! Reformá-los não resolve, porque deixam de descontar para a Caixa Geral de Aposentações e diminuir as receitas do IRS.

Só resta esperar que acabem por morrer."

Cavaco Silva sobre os funcionários públicos!!!
(Público, 28/02/2002)



Fotomontagem António Colaço



Porque deitou foguetes antes da festa, o PSD, desnorteado e sem porto de abrigo à vista, entrou definitivamente na campanha do vale tudo. Para além da demagogia e da inconsistência das suas propostas, o povo português ficou agora a saber que o líder laranja não olha a meios para alcançar os seus objectivos. Por isso vai ser penalizado nas urnas e ainda bem, a bem de Portugal.

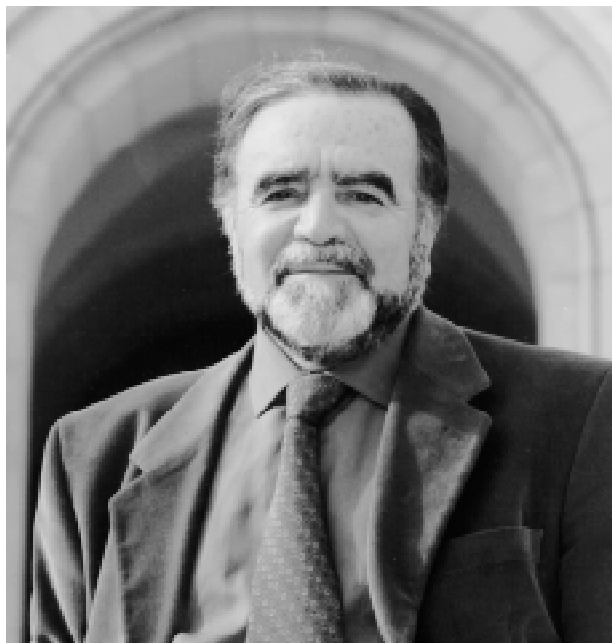
Esta campanha eleitoral ficará indelevelmente marcada pela questão do Euro 2004 com epicentro na Invicta. Face à decisão do novel presidente da Câmara, Rui Rio, de rever o Plano de Pormenor das Antas e reduzir a área comercial aí prevista, o presidente do Futebol Clube do Porto, Pinto da Costa, mandou parar a construção do novo estádio alegando que a engenharia financeira prevista para a sua construção estava posta em causa e que o clube não teria assim dinheiro para as obras. Mas, já antes da campanha eleitoral, os novos autarcas de Coimbra, Lisboa e também do Porto tinham encetado uma estratégia que visava destruir a imagem do Governo do PS no respeitante à realização deste importante evento desportivo no nosso país. Entretanto, quer Santana Lopes quer Carlos Encarnação perceberam a magnitude da situação e evoluíram para uma posição mais cordata e deixaram cair a polémica. O mesmo não aconteceu no Porto. Primeiro, Rui Rio disse que não tinha dinheiro para realizar as acessibilidades. Depois de melhor informado, esse deixou de ser o problema, mas, cavalcando a estratégia definida entre eles e pressionado pelos comerciantes da baixa, veio Rui Rio a terzeiro dizer que o Plano de Pormenor das Antas tinha de ser revisto, o que provocou a imediata reacção de Pinto da Costa. Do ponto de vista do presidente do FC Porto, as alterações ao plano de pormenor inviabilizariam o acordo com a promotora imobiliária e em consequência o clube deixava de ter dinheiro para custear as obras do novo estádio. Face a esta situação, o secretário-geral do PS não podia deixar de criticar a posição do edil portuense, porque "o Euro 2004 não é um problema de Rui Rio, mas da imagem de Portugal". De facto, a polémica ganha contornos internacionais com altos responsáveis da UEFA a porem em causa a realização no nosso país do europeu de futebol. O mote estava dado, e Ferro Rodrigues apostado em fazer passar a mensagem de que o PS sabe fazer e faz bem - ao contrário de Durão Barroso que só pensa em "parar, congelar e suspender" - na sua ida ao Alqueva, referiu-se à suspensão das obras nas Antas dizendo que "os maus exemplos da direcção do PSD são seguidos pelos autarcas", sublinhando de seguida que "o Governo está, nesta matéria, a cumprir tudo o que prometeu, mantém o que já disse, ou seja, que não haverá mais dinheiro para o Euro 2004, mas que todos os compromissos serão assumidos". Ferro foi mais longe, apelou "ao bom senso e sentido de Estado de quem, para ganhar eleições, não pode pôr em causa compromissos anteriores" e pediu a Durão Barroso "para não fazer desta questão arruaça política contra o Governo". No final do comício de Beja, em declarações aos jornalistas, o secretário-geral do PS acusou Barroso

EDITORIAL

O EURO 2004 O PORTO E O BENFICA

SILVINO GOMES DA SILVA

de "estar a sacudir a água do capote" dos problemas que criou ao Euro 2004 e a Portugal para o Presidente da República. Esta declaração surge na sequência de um apelo de Durão Barroso a Jorge Sampaio para que intervisse na polémica. Só que Durão não contou a história toda, porque se o fizesse teria dito que o Presidente da República já estava em campo e tencionava reunir-se com os principais responsáveis pela realização do Euro 2004. No domingo, 3 de Março, o porta-voz do Presidente da República veio a público dizer que Jorge Sampaio tinha previsto para quarta-feira, 6 de Março, um conjunto de reuniões com os principais intervenientes no processo. Questionado por um jornalista se estes encontros decorriam do apelo de Durão Barroso, o porta-voz do PR afirmou que não, que já estavam previsto antes desse comício apelo. Sendo que muitos dos envolvidos são destacados dirigentes do PSD, não é crível que o líder laranja nada soubesse pelo que, mais uma vez, usou da demagogia para obter dividendos políticos. Mais grave do que isto é o facto de Durão Barroso ter afirmado que Ferro Rodrigues era contra o envolvimento do Presidente Sampaio, quando o secretário-geral do PS foi cristalino nesta matéria ao dizer que confiava plenamente no Chefe de Estado. Entretanto, um novo facto político também ligado ao futebol deitou novas achas para a fogueira. Num jantar laranja em Rio Maior, o presidente do Benfica declarou que estava ali para institucionalmente apoiar o PSD. Com esta declaração Manuel Vilarinho prestou um mau serviço ao futebol e à política, dando razão àqueles que falam de promiscuidade, além de provocar a justa indignação de muitos benfiquistas. Por outro lado, ficou a perceber-se melhor porque é que Santana Lopes só revela a solução que tem para a Luz depois da eleições de Março. Porque deitou foguetes antes da festa, o PSD, desnorteado e sem porto de abrigo à vista, entrou definitivamente na campanha do vale tudo. Para além da demagogia e da inconsistência das suas propostas, o povo português ficou agora a saber que o líder laranja não olha a meios para alcançar os seus objectivos. Por isso vai ser penalizado nas urnas e ainda bem, a bem de Portugal.



ALEGRE ESCRIVE A VILARINHO

Manuel Alegre está indignado com Manuel Vilarinho. Em carta datada de 5 de Março, o candidato a deputado do PS pelo círculo eleitoral de Lisboa protesta energicamente contra a colagem "ilegítima" e "sem precedentes" do Clube da Luz à candidatura laranja às próximas Legislativas de 17 de Março.

"Não tenho dúvidas que esta minha indignação é partilhada por milhares de socialistas adeptos do Sport Lisboa e Benfica", escreve Alegre ao presidente Vilarinho, recordando-lhe que "o Benfica é uma gloriosa instituição, apoiada por milhões de portugueses de todos os quadrantes políticos". O poeta socialista critica fortemente o apoio manifestado, em Rio Maior, pelo dirigente desportivo à candidatura de Durão Barroso, sobretudo porque Manuel Vilarinho afirmou agir "por decisão dos órgãos sociais do Benfica", tendo inclusive acrescentado: "Decidimos apoiar esta candidatura e o PSD".

Manuel Alegre reconhece no Benfica "uma instituição que sempre se regeu por princípios democráticos, mesmo quando o País vivia em ditadura". Assim, "os adeptos e dirigentes benfiquistas são livres de expressar, a título pessoal, as suas opiniões políticas e de votar de acordo com as suas convicções. Mas, contrapõe, "nada autoriza o presidente e a direcção do Benfica a comprometer institucionalmente o clube no apoio político a um candidato".

Na opinião do camarada Manuel Alegre, Vilarinho não se limitou a tomar uma posição pessoal, envolvendo institucionalmente o Sport Lisboa e Benfica. Por isso, "como sócio n.º 23.495 do SLB e como candidato a deputado do Partido Socialista pelo círculo eleitoral de Lisboa, venho manifestar o meu protesto e a minha indignação contra um acto sem precedentes na história do Benfica", escreve.

Alegre recorda mesmo Vilarinho que, enquanto presidente do Clube da Luz, e no plano institucional, não tem mandato nem legitimidade para praticar um tal acto.

Entretanto, o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, considerou "inconcebível" o apelo ao voto no PSD feito terça-feira pelo presidente do Benfica, embora manifestasse o seu desejo de se manter fora da polémica.

"Esse é um problema que Manuel Vilarinho terá de resolver, a partir de agora, com os sócios do Benfica", declarou o líder socialista no final de um comício do PS em Coimbra.

M. R.



AUTO-ESTRADAS

A2 PRONTA EM JULHO

As obras da A2 “estão a decorrer dentro dos prazos e calendários previstos, nada fazendo prever, neste momento, que não seja possível a sua conclusão até Julho”, confirmou António Guterres, durante uma visita que fez à auto-estrada para o Algarve (A2) e à que liga Almeirim à Marateca (A3).

Confrontado pelos jornalistas com a hipótese de se verificarem custos acrescidos, Guterres foi peremptório: “De maneira nenhuma, nada mais terá de ser pago por causa disso. É uma concessão feita e não há qualquer encargo adicional, sendo um cumprimento normal daquilo que se previa”.

Segundo o governante, a conclusão da construção da A2 representa “um salto qualitativo na ligação entre o Algarve e os grandes centros do País e uma nova forma de encarar a rede de auto-estradas e a sua construção”.

O primeiro-ministro lembrou que, ao iniciar funções governativas em 1995, a A2 “acabava na Marateca, onde hoje vimos o impressionante nó, que será o mais complexo, de ligação de três auto-estradas – a do Sul, a que seguirá em direcção a Madrid e a nova proveniente de Santarém, que ligará o nó de Lisboa ao Algarve”.

Nos dez anos anteriores, lembrou, “tinham-se construído 19 quilómetros e 300 metros. Havia mais 185 quilómetros para completar e eles aqui estão”, frisou Guterres, assegurando de seguida que este ano poderá percorrer-se desde Valença a Vila Real de Santo António sempre por auto-estrada”.

Fazendo o balanço de seis anos de investimento em rede viária nacional, o primeiro-ministro

Portugal “começa a ter uma rede rodoviária nacional a sério”. O primeiro-ministro voltou a garantir na sexta-feira que os últimos 180 quilómetros da auto-estrada para o Algarve, já em construção, estarão prontos em Julho deste ano.



destacou a abertura 730 quilómetros e o actual processo de construção 330 outros, significando que, “até 2003, serão construídas mais auto-estradas no País do que todas as executadas antes de termos assumido funções”.

O chefe do Governo do PS garantiu também que, até 2007, haverá uma rede nacional de três mil quilómetros.

“Pelo método antigo, de pequenos troços, terminaria em 2025/30, o que seria

incompatível com a vida moderna”, ponderou numa crítica à gestão laranja do *dossier* das estradas portuguesas.

“Terminou definitivamente o tempo em que em Portugal se faziam auto-estradas aos bocadinhos, levando-se muitas vezes mais do que 10, 15, 20 anos a concluí-las”, disse Guterres, para quem “a conclusão da auto-estrada neste espaço de tempo só foi possível com a privatização da Brisa e o lançamento de

um conjunto de outras concessões de natureza privada”.

Seis anos de obra à vista

Nos anos de Governo PS foram construídos mais quilómetros de auto-estradas do que em todo o passado no País.

“Em 1995, quando iniciei funções, estavam abertos ao trânsito cerca de mil quilómetros de auto-estradas e a partir dessa altura foram abertos mais 730 quilómetros, estão em construção 330 e serão lançados ainda este ano mais 220 quilómetros de auto-estradas”, afirmou António Guterres.

O chefe do Executivo sublinhou ainda que estão em preparação concursos que permitem realizar as concessões necessárias para toda a rede nacional de auto-estradas.

“Neste período de cerca de sete anos, foram lançados ou estão em preparação concursos que permitem as concessões necessárias para concretizar a nossa rede nacional de auto-estradas, dando a Portugal condições de competir à escala europeia com países que têm já a sua rede de auto-estradas complementada ao nível das exigências de uma sociedade moderna”, salientou.

De acordo com a Brisa, no período de 30 anos entre 1966 e 1995, foram construídos 48,7 quilómetros de A2, dos quais 19,3 quilómetros entre 1985 e 1995.

No período de 1996 e 2002, segundo a Brisa, serão concluídos 185,8 quilómetros da A2, dos quais cerca de 124 quilómetros estão em exploração e os restantes 62 em construção, representando um investimento de 723 milhões de euros (145 milhões de contos).

No tocante a novas concessões já adjudicadas, em concurso e a lançar, a empresa prevê a construção de 1.150 novos quilómetros de auto-estradas, às quais de adicionar cerca de 200 quilómetros ainda a concretizar no âmbito do seu contrato de concessão.

MARY RODRIGUES

EURO-2004

POLÉMICA INSENSATA E INÚTIL

A campanha laranja, desregrada e irresponsável, já não visa apenas adversários políticos. Ameaça também a imagem de capacidade de realização de Portugal no contexto internacional.

O Campeonato Europeu de Futebol – Euro-2004 foi envolvido recentemente numa polémica que o titular da pasta do Desporto não hesitou em catalogar como “insensata”.

José Lello receia que toda a discussão à volta do Euro pode ameaçar a inauguração do evento desportivo no Porto.

Lello, que falava à margem das comemorações do feriado municipal de Vila Nova de Paiva, considerou ainda “incompreensível que, por razões meramente politiquieiras, alguns atarcas do PSD estejam a pôr em causa a imagem de Portugal e a inauguração do Euro-2004 no norte do País”.

“Há muita gente que quer, através do Europeu, ganhar notoriedade para as suas intervenções políticas, no entanto, eu penso que o tiro saiu

pela culatra, porque ainda hoje (1 de Março) uma sondagem diz que 57 por cento dos portugueses querem o Euro-2004 se concretize em Portugal”, reiterou.

O ministro salientou igualmente que, se está a por em causa “um projecto que é de um interesse vital para o País” e pode ser “um elemento fundamental na promoção dos interesses de Portugal”.

José Lello criticou a decisão tomada, na passada sexta-feira, pelo presidente da Câmara do Porto, Rui Rio, que considerou não ser uma decisão sustentada numa prática democrática autárquica, voltando a rejeitar qualquer pressão de Rio sobre a sua tutela e insistindo em que não dará nem mais um euro para o Europeu de Futebol Portugal 2004.

Falando sobre a “compreensível” atitude do presidente do Futebol Clube do Porto, Pinto da Costa, Lello sublinhou: “É uma situação lastimável e espero que o bom senso venha a imperar”.

O governante salientou que o Executivo socialista tem cumprido de uma forma rigorosa tudo o que foi previamente estabelecido em relação ao Euro 2004 e, acrescentou que, a organização está a decorrer de forma rigorosa e eficaz, de acordo com todos os parâmetros construtivos e financeiros.

A moda do autoritarismo

O primeiro-ministro, António Guterres, criticou sábado, em Tarouca, a “polémica completamente

inútil” gerada em torno do Europeu de Futebol Portugal-2004 e defendeu que “o que estava planeado deve ser executado”.

Guterres afirmou perante a Comunicação Social que também “houve muita coisa” que herdou do passado e não lhe agradou, mas honrou os compromissos.

“O diálogo e o compromisso agora não estão na moda. O que está na moda é a lógica do autoritarismo”, frisou, acrescentando que os compromissos que estavam assumidos no âmbito do Euro-2004 “devem ser cumpridos”.

António Guterres aludia à decisão do edil laranja Rui Rio de fazer alterações ao Plano de Pormenor das Antas, nomeadamente reduzindo a área comercial prevista para a envolvente do novo estádio, o que levou o presidente do FCP a mandar parar as obras em curso.

Para Guterres, “não há governo que seja de partido ou municípios que sejam de partidos. O Governo é do Estado e os municípios são dos seus municípios”.

O primeiro-ministro lamentou que, num momento em que se procura valorizar o importante património cultural português, “as atenções das pessoas estejam focadas para uma polémica completamente inútil”.

MARY RODRIGUES

UMA CAMPANHA SEMPRE A SOMAR



“Vamos vencer, apesar de tudo”. A frase do presidente Almeida Santos, no dia da passagem da caravana por Coimbra, ilustra bem a crença socialista na vitória a 17 de Março. Depois da ideia de que tudo estava em aberto, cresce a convicção de que o PS vai renovar a maioria e conquistar de novo a confiança dos portugueses. Estes primeiros dias de campanha pelo Sul do País revelaram-se decisivos para a mobilização dos nossos militantes e fazer passar a mensagem de que as propostas e soluções do PS são as melhores para Portugal. O nosso candidato a primeiro-ministro tem demonstrado preparação, solidez, conhecimento, facilidade no contacto com os eleitores e agilidade no ataque político. Ferro Rodrigues tem sabido marcar muitos pontos e provou ser o homem certo de que o País precisa.

Um megajantar em Lisboa marcou o arranque do PS para a campanha eleitoral. Perante cerca de três mil pessoas, no último dia de Fevereiro, Ferro Rodrigues alertou para a possibilidade de um Governo do PSD destruir o modelo social do País, colocando em causa, a prazo, o pagamento das pensões e o futuro dos funcionários públicos. De acordo com o secretário-geral do PS, nas próximas eleições legislativas está em causa “a escolha entre um modelo de coesão e competitividade, ou o modelo conservador e neoliberal”. Sobre os funcionários públicos, e tendo em conta as últimas declarações de Cavaco Silva (“Reformá-los não resolve, porque deixam de descontar para a Caixa Geral de Aposentações e diminui as receitas do IRS. Só resta esperar que acabem por morrer”), Ferro Rodrigues declarou que “a alternativa não é desmantelar a Função Pública nem despedir 150 funcionários”, rematando com a frase “também não queremos congelar os ordenados da Função Pública, mas, antes, uma cultura de serviço público virada para o utente”. Para além do secretário-geral, que também acusou o PSD de querer para o País um sistema fiscal favorável aos mais ricos “pago pelos mais idosos e carenciados”, entrevistaram Jorge Coelho e Manuel Alegre que apelaram à resistência dos socialistas, afirmando que terão de enfrentar “uma coligação de interesses ao serviço dos ricos e dos poderosos” que se junta no PSD.

Com o PS o aeroporto da Ota vai em frente.

A garantia de avançar com a Ota é compromisso dos candidatos a deputados pelo círculo eleitoral de Leiria que assinaram um contrato de acção com o distrito a 1 de Março, dia em que o secretário-geral do PS se fez à estrada para a campanha eleitoral. Não poupando críticas ao líder do PSD que pretende suspender a construção do novo aeroporto, Ferro Rodrigues acusou-o de “ligeireza, ignorância e demagogia”. Referindo-se às declarações do seu principal adversário sobre a não prioridade do aeroporto, o secretário-geral do PS comentou que “nem o dr. Portas, nos seus maiores momentos de populismo, utilizou este tipo de argumentos”. No início que realizou na capital do distrito onde foi cabeça-de-lista há dois anos, Ferro Rodrigues afirmou que se o PSD “fosse governo poria a imagem de Portugal nas ruas da amargura porque deixaria todos os compromissos pelo caminho”, e responsabilizou o PSD e os seus autarcas relativamente à polémica do Euro 2004 que “cobre de ridículo Portugal à escala mundial”.

Alqueva: uma obra socialista

A visita ao Alentejo iniciou-se no Alqueva, obra emblemática do Governo do PS. Também aqui,

Ferro Rodrigues não deixou escapar a oportunidade para desferir mais uma crítica a Durão Barroso. “Se as comportas não estivessem já fechadas, Alqueva apareceria no Programa do PSD como mais uma obra para suspender” afirmou Ferro Rodrigues que também sublinhou o facto do “PS fazer obra e não se resignar com uma postura de quem só critica, critica e que quando apresenta propostas só pensa em parar, congelar, suspender”.

Acompanhado por uma vasta comitiva onde se destaca a presença de Capoulas Santos, cabeça-de-lista do PS no distrito de Évora, Carlos Zorrinho, número dois da lista, e José Ernesto, presidente da Câmara de Évora, o secretário-geral do PS rumou depois a Portel onde almoçou com cerca de duas centenas de apoiantes. Entre eles os presidentes de Câmara socialistas do distrito e o presidente da Junta de Freguesia de Alqueva, eleito nas listas da CDU, que preferiu estar com Ferro Rodrigues do que com Lino de Carvalho, cabeça-de-lista da CDU em Évora, que à mesma hora também almoçava em Portel com militantes comunistas. Seguiu depois a caravana para Évora, tendo o secretário-geral sido recebido nos Paços do Concelho pelo nosso camarada José Ernesto que se congratulou pelo facto de, pela primeira, vez a Câmara de Évora receber um candidato a primeiro-ministro. Na breve intervenção que então proferiu, o líder socialista moderou as expectativas dos autarcas em relação



aos financiamentos da administração central. "Desde 1996 que se cumpre a Lei das Finanças Locais, mas o tempos que se avizinham obrigam-nos a cumprir a meta do défice zero em 2004 e, para tal, é necessário que haja corresponsabilidade entre todos os sub-setores do Estado", sustentou o secretário-geral do PS. Bem ladeado pela JS eborense, Ferro Rodrigues passou-se pelas ruas, falou com a pessoas, tomou café na Praça do Girando, seguindo depois para o Teatro Garcia de Resende que já se encontrava completamente cheio quando lá chegou para o primeiro comício do dia. Perante uma plateia maioritariamente idosa, o nosso candidato a primeiro-ministro garantiu que elevará a pensão média dos novos pensionistas dos actuais 60 contos mensais para 75 contos em 2006 e que cada casal de idosos terá no mínimo direito a um salário mínimo nacional. Nos ataques ao líder laranja, o secretário-geral do PS comparou Durão Barroso a um personagem de Woddy Allen, chamado de Zelig, que "cada vez que fala com uma pessoa está sempre de acordo com ela". Neste segundo dia de Março, houve um segundo comício em Beja com Ferro Rodrigues a prometer "um Alentejo mais competitivo, mais solidário e com menos desigualdade". Também com casa cheia, Ferro Rodrigues teve neste comício o apoio do general Manuel Monge, do actor Camacho Costa, e dos atletas Aurora Cunha e Fernando Mamede. No ataque ao PSD, a acusação de este partido tem uma campanha incompreensível veio de forma fácil: "Se o País está à beira da catástrofe como podem prometer tudo agora?", questionou Ferro Rodrigues para quem Durão Barroso "diz uma coisa às segundas, quartas e sextas, e outra às terças, quintas e sábados", pelo que "não tem condições para ser primeiro-ministro de Portugal".

Investir fortemente no turismo

A volta pelo Algarve iniciou-se com uma visita de helicóptero às obras da auto-estrada, seguindo depois para Portimão onde Ferro Rodrigues almoçou com empresários do sector do turismo. Falando verdade como prometeu no início da campanha, o secretário-geral do PS recusou a

possibilidade do IVA turístico baixar até 2004 porque há o objectivo do défice zero e colocou de lado a criação de um Ministério do Turismo. Para o sector do turismo, o líder socialista prometeu investir 250 milhões de contos a partir de verbas do programa operacional da economia. Sobre o futuro da indústria turística, sustentou que o seu desenvolvimento "terá obrigatoriamente de conciliar-se com o ambiente e ordenamento do território". No comício de Faro, o secretário-geral do PS além de desmontar a estratégia do PSD para o sector do turismo que preconiza a flexibilização da legislação laboral e os baixos salários que se medem depois nos reduzidos padrões de qualidade, acusou ainda aquela força política de de querer construir um país com dois sistemas na saúde, segurança social, educação e fiscalidade, um para os mais ricos e outro da classe média para baixo. A assistência, que

enchia por completo a Escola de Hotelaria de Faro, foi ao rubro quando o candidato socialista a primeiro-ministro garantiu que estará no Algarve no início do Verão para inaugurar a auto-estrada entre Lisboa e Faro. "Comigo as obras da auto-estrada não serão suspensas", afirmou numa indirecta ao PSD, depois de lembrar que quando o PS chegou ao Governo a auto-estrada pouco passava de Palmela. Antes, o cabeça-de-lista por Faro, José Apolinário, já havia acusado Durão Barroso de "ter muita lata" quando aponta carências ao Algarve, exemplificando com o facto do último Governo de Cavaco Silva ter evitado construir pavilhões gimnodesportivos alegando que na região "faz sempre bom tempo e, por isso, os jovens podem praticar desporto na rua". Porque os distritos são todos iguais e por isso todos são incluídos na volta nacional, conforme declarou o director de campanha, António José

Seguro, a caravana socialista foi a Portalegre onde chegou com cerca de uma hora de atraso para o segundo comício do dia. Perante uma entusiasmada plateia que enchia por completo o pavilhão gimnodesportivo, Ferro Rodrigues apelou ao voto "dos que até agora se costumam abster" e insurgiu-se contra o facto do líder do PSD andar a mentir dizendo coisas que ele não tinha dito no que respeita à polémica do Euro: "Durão Barroso disse hoje que eu teria dito ontem que achava que o Presidente da República não se devia meter no Euro 2004, o que é absolutamente falso. Convido-o a mostrar onde, quando e como eu disse aquilo que ele diz, porque eu não disse aquilo que ele diz que eu disse".

Simpatia nas ruas de Benfica em Lisboa

Ladeado por Edite Estrela, João Soares e Manuel Alegre, e com uma banda a dar o tom de festa, Ferro Rodrigues foi muitíssimo bem recebido em Benfica com a população a dirigir-se-lhe de forma simpática e receptiva, sobretudo os mais idosos, não tendo sido confrontado com um único gesto de hostilidade. Um sinal claro de que as coisas estão a mudar, segundo Manuel Alegre, um veterano em campanhas eleitorais. Mas esta segunda-feira foi, talvez, o dia com a agenda mais preenchida. De facto, o secretário-geral do PS, depois do passeio por Benfica, esteve em três instituições de solidariedade social. Visitou o Colégio Pina Manique da Casa Pia, o Centro Social do Bairro do Charquinho e a CEBI de Alverca onde almoçou na companhia de cerca de três centenas de pessoas, entre as quais a presidente da Câmara de Vila Franca de Xira, a nossa camarada Maria da Luz Rosinha, o candidato independente nas nossas listas, Vicente Jorge Silva, e a presidente da FAUL, Edite Estrela. A tarde, Ferro Rodrigues deslocou-se ao distrito de Santarém, tendo começado o périplo escalabitano em Torres Novas onde visitou uma central de preparação de legumes para ilustrar como é possível aliar a qualidade à competitividade. Acompanhado pelo cabeça-de-lista pelo círculo eleitoral de Santarém, Jorge





Lação, bem como pelos restantes membros da lista, a comitiva seguiu para o Entroncamento e Abrantes para novos contactos com os eleitores. No comício de Santarém que se realizou na Casa do Campino, compareceram largas centenas de apoiantes, entre eles algumas surpresas como Daniel Sampaio, Carlos Alberto Moniz, Júlio Isidro, Guilherme Leite, a mulher de Salgueiro Maia e o presidente do Sporting, Dias da Cunha, que recentemente aderiu ao Partido Socialista. Na sua intervenção Ferro Rodrigues começou por afirmar que o líder do PSD passou o dia atacá-lo, o que é um bom sinal. "É sinal que estão com medo", afirmou o nosso candidato a primeiro-ministro, para em seguida declarar que "Durão Barroso julgava que estava num porto de abrigo por causa das sondagens, mas o que se passou nos últimos dias está a fazer com que ele perca o porto e o norte e por isso está desorientado". Entusiasmado pelo grande comício, coube a Jorge Lação expor a obra realizada pelo PS no distrito, e criticar as propostas do PSD, nomeadamente a da extinção dos governos civis "que não tem pé nem cabeça".

Agiganta-se a onda rosa em Coimbra

A baixa de Coimbra proporcionou ao secretário-geral do PS o maior banho de multidão desta campanha, com uma recepção verdadeiramente apoteótica. "Está tudo em aberto. Estou convencido de que vou ganhar", disse Ferro Rodrigues no meio da multidão que o estimulava e aplaudia. O suplemento de alma que ainda nos faltava veio da cidade dos estudantes, do distrito em que a polémica à volta da co-incineração em Souselas pode ser um obstáculo a um bom resultado eleitoral. Firme, como sempre, Ferro Rodrigues sobre a co-incineração tem reafirmado que com o PS a queima dos resíduos industriais perigosos, segundo aquele método, vai em frente, custe a quem custar, uma vez que a saúde pública não é posta em causa. Talvez por isso, foi ainda maior a surpresa da adesão popular ao programa do PS e ao apoio do nosso candidato a primeiro-ministro. O dia dedicado a Coimbra foi todo ele um sucesso. Tanto em Buarcos, como na Figueira da Foz ou em Maiorca foi visível o

grande apoio à caravana socialista que integrava, entre outros dirigentes, o presidente do partido, Almeida Santos, que substituiu Manuel Alegre, o tradicional cabeça-de-lista no distrito e que desta vez é candidato a deputado por Lisboa dada a sua posição em relação à co-incineração, Fausto Correia e Helena Roseta. A confiança num bom resultado foi sublinhado por Almeida Santos que declarou haver "um entusiasmo em volta de Ferro e os nossos adversários começam a ficar nervosos", e para que o crescendo continue é preciso que "Ferro se mantenha tão honesto como até aqui".

Acompanhado por Mariano Gago, o secretário-geral do PS participou num debate sobre o ensino superior durante o qual apresentou o programa do PS nesta área em que se dá prioridade à avaliação, à renovação do pessoal de investigação e técnicos dos laboratórios do

Estado, e se quer aprofundar a autonomia das universidades, tendo também feito a apologia do quanto de positivo se fez nos últimos seis anos no sector da ciência e tecnologia.

No comício da noite, Ferro Rodrigues prometeu que, se formar Governo, a comparticipação do Estado em relação à taxa de comercialização dos medicamentos será sempre feita por cliente atendido, deixando de ser por volume de vendas. Na parte final do discurso, dedicada a questões de juventude, o líder socialista assegurou que vai incentivar "uma verdadeira reforma do sistema político" e mudanças também dentro do próprio PS.

Num comentário à proposta de Durão Barroso de ligar todas as escolas portuguesas à Internet, a ironia foi a arma de Ferro ao declarar que o líder social-democrata "conhece tão bem o País que promete aquilo que já está feito", tendo classificado o PSD como "um regresso ao

passado". Perito em contas deu uma lição a Barroso e a Tavares Moreira, ministro-sombra do PSD para a área económica, que veio afirmar que o aumento em dois pontos do IVA serviria de compensação à diminuição do IRS em 10 pontos percentuais, o não afectaria o poder de compra dos menos favorecidos, foi desmontado por Ferro Rodrigues: "Todos os manuais de economia ensinam que a propensão marginal para o consumo é total, sobretudo quando se ganha pouco. Desta forma o aumento do imposto sobre o consumo afecta os trabalhadores", explicou. Particularmente emotivo foi o discurso de Mário Wilson: "O PS é o meu espaço, é onde me sinto bem. Vamos ganhar", gritou ex-treinador do Benfica

Comício do Porto muda de local

Dada a crescente adesão popular à campanha do PS, o comício do Porto inicialmente previsto para o Campo Mártires da Pátria foi transferido para a Praça Humberto Delgado, frente à Câmara Municipal do Porto, um local emblemático para os socialistas desde que em 1995 aí se tornou inequívoca a vitória do PS.

Em declarações aos jornalistas, o director de campanha, António José Seguro, adiantou que "vamos apostar tudo nesse comício". O também director do "Acção Socialista" desafiou ainda o líder da distrital do Porto do PSD a provar as acusações que fez contra membros do Governo, segundo as quais há ministros socialistas a fazerem contactos telefónicos para promover uma manifestação contra o presidente da autarquia portuense, ao mesmo tempo que o acusava de apenas ter feito essas declarações "devido ao nervosismo e desnoite que reina no PSD".

Por seu lado, Narciso Miranda desafiou o cabeça-de-lista do PSD pelo Porto, Pacheco Pereira a "dizer quem, como e quando houve responsáveis governamentais a apelar à manifestação do PS" e a definir-se "se é candidato a Lisboa ou se permanece em Bruxelas" como parlamentar europeu "para que se acabe com a ideia de que é um candidato postiço".



JACIRA FONSECA

SECÇÕES DEVEM ESTAR ABERTAS AOS CIDADÃOS

“As Secções devem ser verdadeiras lojas de imagem do PS, abertas aos cidadãos e às forças vivas dos locais onde estão inseridas”, defende a camarada Jacira Fonseca, secretária-coordenadora da Secção do Bairro Alto. Militante do PS desde 1984, aponta o seu “grande envolvimento” na primeira campanha presidencial de Mário Soares no distrito de Coimbra como o momento-chave em que realmente sentiu “o verdadeiro significado de ser militante de alma e coração do PS e pertencer à grande família socialista”.

Jacira Fonseca, um exemplo da qualidade dos militantes de base do PS, que reflectem sobre as grandes questões político-partidárias e da actualidade política nacional e internacional, afirma-se preocupada com a actual crise do sistema político e dos partidos, com o consequente alheamento dos cidadãos da vida política.

No que respeita ao PS, e para ultrapassar a actual situação caracterizada “por uma classe política que tende a fechar-se, por uma falta de militância e pela falta de recursos, que gera um círculo vicioso”, Jacira Fonseca defende, entre outras medidas, a “limitação de mandatos a todos os níveis, desde os órgãos dirigentes aos autarcas”, e a “revitalização das Secções”. “As Secções devem ser verdadeiras lojas de imagem do PS, abertas aos cidadãos e às forças vivas dos locais onde estão inseridas”, afirma.

Actualmente, Jacira Fonseca é membro da Assembleia de Freguesia do Sacramento, mas a sua actividade autárquica já vem de longe, desde 1989, quando fez parte da Assembleia de Freguesia do Sacramento, tendo posteriormente ascendido à presidência deste órgão.

Jacira Fonseca foi ainda presidente da Junta de Freguesia de São Mamede, uma experiência que classifica de “enriquecedora e gratificante”, apesar das dificuldades que sentiu num Executivo composto por três elementos do PSD e um do CDS/PP. Esta situação, refere, “exigiu um grande esforço no sentido de ultrapassar a guerrilha existente no Executivo e valorizar aquilo que era positivo”.



Da sua experiência à frente da Junta de Freguesia, destaca as iniciativas levadas a cabo em várias áreas, envolvendo entidades como o Centro Social e Paroquial de São Mamede, IPSS, Associação Escolar de S. Mamede,

Universidade Aberta, Museu Vieira da Silva, entre outras.

Jacira Fonseca elogia a política de descentralização implementada em 1989 pelo então presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Jorge Sampaio, com a

consequente delegação de competências e atribuição de meios às Juntas de Freguesia, o que permitiu um importante salto qualitativo na acção destes órgãos autárquicos.

A secretária-coordenadora da Secção do Bairro Alto lembra ainda, com uma ponta de orgulho, a batalha que travou com êxito para conseguir “instalações condignas” para a sede da Junta, que funcionava, pasme-se, numa garagem.

Quanto aos atributos que deve ter um autarca, Jacira Fonseca refere que “é essencial ter vocação para servir a comunidade, bem como ter qualificações, cada vez mais necessárias dada a complexidade de assuntos com que se vê confrontado na sua actividade, capacidade de trabalho e um relacionamento ético”.

Ferro: a grande esperança do PS

O “grande envolvimento” na campanha de Mário Soares nas presidenciais de 1986 foi o momento em que Jacira Fonseca realmente percebeu o significado de ser militante do PS e pertencer “à grande família socialista”. A partir daí, adianta, “empenhei-me de alma e coração na actividade partidária.

A secretária-coordenadora da Secção do Bairro Alto faz um balanço “positivo” dos seis anos de governação socialista, realçando a “marca deixada na área social” e o excelente trabalho da presidência portuguesa da União Europeia”.

No entanto, não deixa de apontar alguns erros cometidos nos últimos anos, como o fim do Ministério da Igualdade, o recuo em leis como a taxa de alcoolemia, entre outras, que foram “um sinal de fraqueza”. Quanto ao novo líder do PS, Jacira Fonseca não lhe poupa elogios. “É a grande esperança do PS, um homem com grande determinação e coragem, que dá a cara em momentos difíceis, e que não deixa quaisquer dúvidas no que respeita ao seu ideário de esquerda.”

Moderadamente optimista quanto às eleições legislativas de 17 de Março, afirma ser fundamental que o PS consiga fazer passar a mensagem do “quanto somos diferentes da direita”, nomeadamente na política económica e social, em que colocamos as pessoas em primeiro lugar, em particular os estratos mais desfavorecidos, em contraponto com o projecto “neoliberal e tecnocrático do PSD que criaria um enorme fosso na nossa sociedade, agravando as desigualdades sociais”.

J. C. CASTELO BRANCO

PREFERÊNCIAS



Político nacional
Mário Soares

Livro
“Os Miseráveis”, de Victor Hugo

Escritor
Fernando Pessoa



Político estrangeiro
Mikhail Gorbachov

Filme
“A escolha de Sofia”

Compositor
Beethoven



PORTO

CANDIDATOS PS DENUNCIAM POPULISMO DE DIREITA



Os candidatos socialistas às legislativas de 17 de Março pelo círculo eleitoral do Porto alertaram os cidadãos do distrito para o perigo do "populismo de direita" que põe em causa "grandes projectos de afirmação nacional". "Não podemos aceitar que o populismo de direita ponha em causa grandes projectos de afirmação nacional - aeroportos, pontes e até o Euro/2004 - porque é também através destes investimentos públicos que se produz desenvolvimento", referem os candidatos socialistas numa carta aberta dirigida aos portuenses. O documento, apresentado pelo cabeça-de-lista socialista, Alberto Martins, faz uma clara distinção entre a esquerda democrática representada pelo PS e a "elite centralista e neoliberal" do PSD, para defender que "o voto dos portuenses vai pesar decisivamente na escolha que o País vai fazer" a 17 de Março. "A nossa visão de Portugal assenta num modelo de desenvolvimento que não aceita que largos sectores da população fiquem para trás", refere a carta aberta, na qual os candidatos socialistas no Porto afirmam

pretender "um país melhor entre os melhores" e "continuar a afirmação de Portugal no mundo".

Porto: pólo dinamizador do noroeste peninsular

A aposta no "papel central" do Porto como pólo dinamizador do noroeste peninsular é outra aposta dos candidatos socialistas, que defendem a necessidade de uma ligação ferroviária de alta velocidade entre Vigo e Setúbal, passando pelo Porto e por Lisboa, além da transformação do aeroporto de Sá Carneiro no aeroporto internacional do Norte de Portugal e da Galiza.

A importância de uma população qualificada e com elevado grau de instrução e uma "aposta forte" nas novas gerações são também referidas nesta carta aberta, que defende igualmente a exigência de uma nova organização territorial do Estado.

"Entre o Estado central e os municípios são necessárias estruturas intermédias que canalizem para um nível regional as reivindicações e expectativas dos agentes locais", refere o documento.

Para os candidatos socialistas, em articulação com esta estratégia de descentralização e desconcentração deve estar a "remodelação do sistema de governo das áreas metropolitanas", que deverão passar a ter competências em áreas como a qualidade de vida urbana, ordenamento do território e transportes.

MAXIMIANO MARTINS REFERE

UM GOVERNO DO PS "É BOM PARA A MADEIRA"



Maximiano Martins destacou ainda, nas virtudes que enumerou em haver um governo socialista, o Rendimento Mínimo Garantido e a possibilidade dos madeirenses pagarem a electricidade a menores custos, no âmbito de uma política de paridade da energia eléctrica.

O Governo do Partido Socialista assumiu mais de 100 milhões de contos da dívida pública da Região Autónoma da Madeira, lembrou o cabeça-de-lista do PS-Madeira, Maximiano Martins, durante uma acção de campanha eleitoral dos socialistas madeirenses no concelho da Ponta do Sol.

"Isto significa quatrocentos contos para cada madeirense, que seriam da responsabilidade dos nossos filhos ou dos nossos netos e que foram assumidos a nível nacional", salientou Maximiano Martins que, deste modo, concluiu ser "bom para a Madeira" um Governo do PS.

FERREIRA DO ALENTEJO

CAPOULAS SANTOS REFUTA CRÍTICAS DE DURÃO



A demagogia, as omissões e a deturpação dos factos que têm marcado as intervenções de Durão Barroso têm vindo a ser desmontadas pelos candidatos do PS.

Capoulas Santos disse em Ferreira do Alentejo, que Durão Barroso sofre de "dores de parto", devido às "promessas incumpridas" do PSD no que se refere à barragem dos Minutos, em Montemor-o-Novo.

"O PSD enganou deliberadamente os eleitores, em Junho de 1987, um mês antes de um acto eleitoral, prometendo aquilo que não tencionava cumprir - a construção da barragem dos Minutos", afirmou.

Em Ferreira do Alentejo, onde inaugurou no dia 1 o primeiro bloco de regadio integrado no empreendimento de fins múltiplos de Alqueva, Capoulas Santos respondeu ao líder do PSD, Durão Barroso, depois deste ter acusado o Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente (IHERA) de ser um exemplo de "amiguismo" e de "lientelismo". Apresentando a "prova do crime" (cópia do jornal "Montemorense", de Junho de 1987, em que o Governo de então anunciava a construção da referida barragem até 1990), Capoulas Santos assegurou que, em 1995, quando entrou para o Governo "nem sequer o projecto de engenharia estava feito".

"Na inauguração dos Minutos estiveram presentes cinco funcionários do IHERA, número que não tem nada a ver com os muitos elementos do mesmo organismo que em 1987 se deslocaram ao local para anunciar uma obra que o PSD nunca pensou fazer", acrescentou.

LEIRIA

ANTÓNIO COSTA CRITICA "TRAPALHADA" DO PSD

O cabeça-de-lista pelo círculo de Leiria, António Costa, apontou a "trapalhada" criada pelos autarcas do PSD nas obras para o Euro 2004 como um exemplo do que poderá vir a acontecer se Durão Barroso ganhar as eleições.

Num comício em Leiria com casa cheia, o actual ministro da Justiça criticou a "filosofia de travar" que tomou conta do discurso do PSD, referindo que importa saber se em relação ao programa Polis, "contra o qual o PSD sempre se bateu", o seu adversário político "também quer para com esse investimento em Leiria e na Marinha Grande".

O candidato socialista pelo distrito de Leiria frisou ainda que, nas eleições de 17 de Março, o que estará em causa, antes de tudo, é escolher quem será o próximo primeiro-ministro de Portugal, pelo que, alertou, é fundamental ter em linha de conta que "foi Ferro Rodrigues quem tirou a Segurança Social da falência" e que combateu as baixas fraudulentas".

MEDEIROS FERREIRA AFIRMA

PS GARANTE TRANQUILIDADE AOS MAIS POBRES

O cabeça-de-lista do PS pelo círculo dos Açores, Medeiros Ferreira, afirmou na Ribeira Grande que o nosso partido garante "tranquilidade às pessoas que mais necessitam de apoio social".

Numa visita à Santa Casa da Misericórdia local, onde almoçou com idosos, o candidato socialista referiu que se o PS ganhar as eleições serão lançados no arquipélago novos programas de apoio à terceira idade.

Ao realçar que Ferro Rodrigues "é o protagonista" das políticas sociais no País, através da sua acção no Ministério da Solidariedade e Segurança Social, Medeiros Ferreira destacou ainda a proposta eleitoral do líder do PS de extensão do ensino pré-escolar.

Este projecto, que já "deu resultados" em vários pontos do País, vai assegurar às crianças "ocupação de aprendizagem e tempo na escola, o que permite uma vida profissional sossegada" aos seus pais, disse.

Acompanhado pela número três da lista, a pianista Gabriela Canavilhas, Medeiros Ferreira contactou ainda com os utentes da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande.

ALMEIDA SANTOS ACUSA

COMUNICAÇÃO SOCIAL ESTÁ A FAVORECER O PSD



Almeida Santos acusou a Comunicação Social de favorecer “a máquina de propaganda do PSD”, na campanha para as eleições legislativas de 17 de Março.

“A máquina de propaganda do PSD tem a seu favor todos os órgãos de Comunicação Social, o que é terrível contra nós”, afirmou Almeida Santos num almoço na Figueira da Foz. O presidente do PS explicou esse favorecimento com o facto de alguns dos principais meios de comunicação serem propriedade de privados, que, entre outras vantagens, pretendem “não pagar impostos”.

Para o camarada Almeida Santos, os portugueses vão escolher nas legislativas entre dois “modelos de sociedade diferentes”

propostos pelo PS e pelo PSD.

“São dois modelos completamente diferentes”, afirmou o cabeça-de-lista do PS pelo círculo eleitoral de Coimbra.

Na sua opinião, “quem quiser Portugal a andar para trás, vota no PSD”, cabendo aos eleitores que desejam o contrário optar pelo PS, enquanto “partido progressista”.

Elogios a Ferro e a Gago

Almeida Santos elogiou a acção de dois ministros dos governos de António Guterres: Mariano Gago - que realizou “uma das revoluções mais significativas do progressismo socialista”, no domínio da ciência e tecnologia - e Ferro Rodrigues, actual secretário-geral do PS.

Graças ao empenhamento de Mariano Gago, Portugal “é hoje um paraíso elogiado pela União Europeia”, no campo das novas tecnologias, mas “infelizmente o povo não tem toda esta informação”, disse o candidato.

Ferro Rodrigues, antes de assumir a pasta do Equipamento Social, “fez o milagre de viabilizar financeiramente a Segurança Social”, depois de “tomar conta dum ministério falido” em 1995, disse ainda o candidato de Coimbra.

Almeida Santos lembrou que, em termos de popularidade, o actual líder do PS “foi sempre o primeiro ou segundo ministro” dos governos do PS, enquanto Durão Barroso “foi sempre o último líder partidário no ranking”, atrás de dirigentes como Carlos Carvalhas (PCP) e Paulo Portas (CDS/PP).

Antes do almoço, Almeida Santos inaugurou a sede de campanha da Figueira da Foz e visitou o hospital local.

ÉVORA

CANDIDATOS APRESENTARAM “40 BOAS RAZÕES” PARA VOTAR NO PS

Os candidatos do PS pelo círculo de Évora apresentaram recentemente um manifesto intitulado “40 boas razões” para votar no PS.

Capoulas Santos, também ministro da Agricultura, sublinhou na apresentação do documento que os governos do PS “fizeram, em seis anos, mais pelo Alentejo e pelo distrito de Évora que todos os anteriores governos juntos desde o 25 de Abril de 1974”.

“O voto no PSD é um voto em quem sempre votou o Alentejo ao abandono, é um voto na interrupção da obra, é um voto contra o desenvolvimento do Alentejo”, afirmou Capoulas Santos.

Quanto ao voto na CDU, o cabeça de lista socialista pelo círculo de Évora considerou que se trata de um voto que “favorece o PSD”, alegando que “não conta para a escolha do primeiro-ministro e que os dirigentes da coligação liderada pelos comunistas são, de há anos a esta parte, aliados objectivos do PSD, ao lado de quem votam sistematicamente”.

Acompanhado pelos outros elementos da lista do PS, Capoulas Santos destacou a construção da Barragem de Alqueva como “o maior investimento de sempre realizado no Alentejo”.

Alqueva: PS realiza sonho de décadas

“O sonho de décadas dos alentejanos é hoje uma realidade graças aos governos do PS”, sublinhou o cabeça-de-lista socialista, lembrando ainda o facto do distrito ter passado a ser servido por uma auto-estrada, no eixo Lisboa-Madrid.

Nas legislativas de 1999, recorde-se, o PS elegeu dois deputados por Évora, a CDU um e o PSD também um.



SANTARÉM

JORGE COELHO PEDE A DURÃO QUE PONHA TINO EM RIO



Jorge Coelho aconselhou Durão Barroso a pôr na ordem o presidente da Câmara do Porto, Rui Rio, um político que considerou sem sentido de Estado, e alertou que o objectivo central do PSD é “parar o País”.

“Ponha tino na cabeça das pessoas em quem manda, como o doutor Rui Rio”, disse Jorge Coelho, considerando Durão Barroso “co-responsável” pelo que se está a passar no Porto, onde uma polémica em torno da construção do estádio das Antas está a pôr em causa a realização do Euro-2004 em Portugal.

O dirigente socialista, que falava no final de um convívio com largas dezenas de militantes, na sede da Associação Cultural e Recreativa das Fazendas de Almeirim, alertou firmou que o objectivo principal do PSD é “parar o país”.

Segundo afirmou Jorge Coelho, os responsáveis do PSD revelam “falta de sentido de Estado” ao serem em causa compromissos assumidos anteriormente quer pelo Governo quer pelas autarquias.

Pedindo “muita atenção” aos eleitores, Jorge Coelho alertou para o modelo de sociedade preconizado pelo PSD e para a “falta de coragem” de Durão Barroso, que, disse, “aprendeu a frase ‘depois se vê’ para não perder votos”.

Jorge Coelho relatou que nos seus contactos com as populações do distrito de Santarém por onde é candidato, encontrou muitas pessoas que lhe revelaram que gostariam de mudar e votar no PSD, mas que acabam por confessar que “até lhes dói o estômago porque o homem (Durão Barroso) não vale um caracol”, enquanto gente do PSD lhe confessa que a campanha “vai andando, mas se fosse com outro...”.

Jorge Coelho pediu aos eleitores que “pensem bem” se devem “pôr em causa o desenvolvimento do País” só porque têm uma queixa ou são de um partido, quando, afirmou, “está provado que o programa do PS é que vai ao encontro da maioria dos portugueses”.

Além disso, acrescentou, Ferro Rodrigues “tem mostrado que é sério, corajoso, determinado e recusa a demagogia”.

Por sua vez, o cabeça-de-lista do PS pelo distrito de Santarém, Jorge Lacão, considerou “uma questão de amor próprio” o empenho que pediu para os 15 dias de campanha eleitoral, que classificou de “batalha decisiva para o futuro de Portugal”.

ELEIÇÕES

CONTRIBUTOS.NET E A DEMOCRACIA ELECTRÓNICA

Uma espécie de tribuna livre em formato electrónico foi concebida por um grupo de investigadores portugueses para reunir contributos para uma eventual futura governação socialista.

O site na Internet <http://www.contributos.net>, criado a 19 de Fevereiro e já recebeu 120 contributos, tendo sido visitado por cerca de 1500 pessoas.

“Uma experiência inovadora de democracia electrónica” é como o primeiro dos 12 promotores desta iniciativa, Luís Moita, vice-reitor da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), classifica o Contributos.net.

“Achamos que não é indiferente qual vai ser o futuro governo de Portugal, contra os que advogam uma diluição entre esquerda e direita”, explicou o professor de Relações Internacionais da UAL. Foi, pois, por uma questão de “dever cívico” que personalidades como o presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), Luís Magalhães, o biofísico da Universidade do Porto Alexandre Quintanilha ou o presidente do ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa), João Ferreira de Almeida, resolveram criar este site.

A escolha do meio, a Internet, deveu-se sobretudo às exigências temporais. Qualquer pessoa pode submeter um contributo, desde que este tenha qualidade, signifique uma contribuição positiva e esteja devidamente identificado.

O futuro das Forças Armadas, as questões europeias, a reforma fiscal ou o ordenamento do território são alguns dos temas que mais contributos têm suscitado.

Além da listagem completa dos textos recebidos, no site existe também um índice temático dos contributos, funcionalidades de pesquisa e a possibilidade de subscrever uma newsletter.

Embora os promotores sejam, na sua maioria, personalidades que estiveram nos Estados Gerais que precederam a primeira maioria do Partido Socialista, Luís Moita faz questão de sublinhar que se tratam de “independentes autónomos apoiantes do Partido Socialista”.

M.R.



O ex-governador do Banco de Portugal Silva Lopes, um dos independentes que apoiam Ferro Rodrigues, alertou que o "choque fiscal" preconizado por Durão Barroso – que apenas beneficiará escandalosamente uma ultraminoria de portugueses com rendimentos elevados - terá consequências "catastróficas" para o País.

Silva Lopes, que falava em Tomar na apresentação do programa socialista para o distrito de Santarém, explicou que os cortes da despesa pública necessários para compensar a diminuição das receitas prometida pelo líder do PSD seriam "catastróficos" por terem necessariamente de atingir áreas essenciais. O prestigiado economista disse que o "choque fiscal" prometido pelo PSD apenas beneficiará dois por cento da população e terá consequências que são "um perigo para o País".

Frisando que não é "candidato a nada", Silva Lopes advertiu que os cortes da despesa pública vão ter de continuar, pelo que os tempos que aí vêm vão ser "duros" e vai haver "muito barulho" nas ruas.

No entanto, assegurou, o que o líder do PSD está a prometer vai obrigar a cortes ainda maiores, atingindo áreas essenciais da sociedade portuguesa.

"Vai ser catastrófico", afirmou, acrescentando não acreditar que Durão Barroso o faça "porque

SILVA LOPES ALERTA

CHOQUE FISCAL DO PSD SERIA CATASTRÓFICO

as consequências políticas serão arrasadoras". É por isso, disse, que o PSD fará a compensação da diminuição das receitas (com os cortes no IRC e no último escalão do IRS) aumentando o IVA, medida que no seu entender acabará por anular os eventuais benefícios para as empresas, já que estas se verão obrigadas a aumentar os salários para compensar a inflação e a perda de poder de compra dos trabalhadores.

"Este choque fiscal é um perigo para o País. É um choque a sério e os portugueses devem estar conscientes disso", afirmou.

PSD foi o criador do monstro

O economista reconheceu que o PS deveria ter tido mais cuidado com o aumento da despesa pública, que representa hoje 46 por cento do produto interno bruto (em 2004 terá de baixar para 44 por cento), mas, lembrou, "o crescimento descontrolado não começou com o PS".

"Quem criou o monstro da despesa pública foi o PSD, embora o PS o tenha feito mais gordo ainda", afirmou.

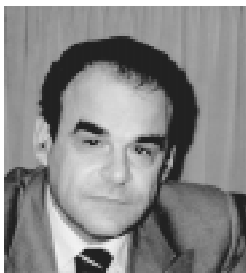
Silva Lopes considerou "um escândalo" a proposta de baixar os impostos a apenas 2 por cento da população, afirmando que "a solução lógica para pagar menos IRS" é alargar todos os escalões, de forma a que só quem realmente ganha muito atinja o escalão dos 40 por cento, uma medida que o PS "só pode prometer quando a despesa pública estiver corrigida".

Quanto ao abaixamento da taxa de IRC, Silva Lopes afirmou que Portugal tem acompanhado esse movimento mundial, tendo o imposto sobre o lucro das empresas baixado de 36 por cento em 1995 para 30 por cento este ano, com a promessa de baixar mais dois pontos percentuais no próximo ano e, "quando as condições económicas o permitirem", atingir os 25 por cento.

Para o economista, não é de esperar que a promessa de PSD, de baixar o IRC em dez pontos percentuais, venha a ter grande efeito no crescimento da economia nem no aumento da competitividade das empresas, além de implicar a perda de impostos (200 milhões de contos) que põem em risco o Plano de Estabilidade e Crescimento.

VIANA DO CASTELO

PS QUER NOVA VIA PARA "DESENCRAVAR" A SEDE DO DISTRITO



O cabeça-de-lista do PS por Viana do Castelo, Marques Júnior, anunciou como medida principal do seu programa a construção do nó de Sapardos da A3 a Paredes de Coura para "desencreditar" o distrito.

Marques Júnior, que falava na sessão de apresentação do manifesto eleitoral para o distrito, referiu que o PS vai pugnar pela continuação do IC-1 até Valença, pela concretização do estudo de viabilidade da ponte internacional entre Caminha e La Guardia, pela modernização da Linha do Minho e pelos acessos ao porto de mar de Viana do Castelo.

As questões do ambiente merecem também lugar de destaque, com o PS a assegurar que reivindicará a mais investimento para a área do Parque Nacional de Peneda-Gerês e para as recém-criadas áreas de paisagem,

protegida do Corno de Bico e das Lagoas de Bertandios. Na educação, os socialistas de Viana do Castelo estabelecem como prioridade uma cobertura total do pré-escolar que acolha todas as crianças dos três aos cinco anos. "Vamos apostar no desenvolvimento do distrito, complementado com a promoção da qualidade ambiental", sublinhou.

FUNÇÃO PÚBLICA

PS E SINDICATOS CONTRA SOLUÇÃO LETAL DE CAVACO

É uma versão "soft" e muito tecnocrática e pós-moderna da solução final. É a solução letal – suprasumo do economicismo sem alma – para a Função Pública preconizada por Cavaco Silva e está a gerar uma onda de indignação.

O cabeça-de-lista do PS pelo círculo do Porto, Alberto Martins, considerou "lamentável" a posição de Cavaco Silva para reduzir o número de funcionários públicos. O ex-primeiro-ministro e "alter ego" de Durão Barroso disse na semana passada na Faculdade de Economia do Porto que "reformá-los" não resolve o problema, "porque deixam de descontar para a Caixa Geral de Aposentações e diminui as receitas do IRS. Só resta esperar que acabem por morrer". "Esta posição letal de Cavaco Silva é lamentável", disse Alberto Martins.

O Sindicato da Função Pública do Norte também reagiu, num comunicado, a esta afirmação do homem que nunca se engana e raramente tem dúvidas, acusando-o de "destilar aversão" aos funcionários públicos e garantiu que estes "jamais esquecerão as patifárias" do ex-primeiro-ministro.

O sindicato recorda que o ex-primeiro-ministro "inventou os 'disponíveis' na Função Pública e "chegou a proibir um feriado de Carnaval".

Para o sindicato, "aos funcionários públicos só resta esperar que Cavaco Silva e os seus correligionários não cheguem ao poder porque afirmações como esta traduzem claramente as intenções escondidas de um dos principais intervenientes no próximo acto eleitoral".

No comunicado, o sindicato salienta que "o número de funcionários públicos 'per capita' não é maior em Portugal que noutros países da União Europeia, pelo contrário, até é inferior a alguns desses países".

"Não há, objectivamente, funcionários públicos a mais", acrescenta.

"A administração pública necessita de uma reforma, mas de alto a baixo, e não propriamente de uma redução arbitrária e desconexa dos seus efectivos", defende o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte.

CARLOS LUÍS REALÇA

GRANDE PASSO EM FRENTE NA EMIGRAÇÃO

Carlos Luís, cabeça-de-lista do PS pelo círculo da Europa, teve rasgados elogios aos seis anos de governação socialista no que respeita às comunidades portuguesas, em contraponto aos dez anos de ostracismo a que foram votadas durante o consulado cavaquista.

O PS fez, pela primeira vez, uma política global para as comunidades, com destaque para a política social (ASIC), ensino do Português e modernização consular, afirmou Carlos Luís.

Em declarações em Lion, França, onde se deslocou este fim-de-semana para contactos com as comunidades emigrantes e várias associações de portugueses, Carlos Luís salientou que, "em seis anos de governo PS fez-se mais a favor das comunidades portuguesas do que 10 anos de governo PSD, com duas maiorias absolutas".

"Os números falam por si", afirmou o cabeça-de-lista socialista, salientando que mais de 3000 pessoas beneficiam actualmente de complementos de reformas baixas, através do programa ASIC - Apoio Social aos Idosos Carenciados e que um milhão de contos foi desbloqueado para apoiar as vítimas portuguesas nas cheias da Venezuela.

Segundo Carlos Luís, "há exclusão social dentro das comunidades emigrantes, sobretudo em países onde não há sistemas de protecção social e há agitação social, como na África do Sul ou na Venezuela".

"Por isso, o Governo criou recentemente o



programa ASEC, com uma dotação orçamental de 100.000 contos para apoiar casos pontuais de emergência, independentemente da idade, como catástrofes naturais, acidentes, ou intervenções cirúrgicas", disse.

"Curiosamente, medidas tomadas quando Ferro Rodrigues era ministro da Solidariedade Social e nem lhe passava pela cabeça que viria a ser candidato a primeiro-ministro", frisou.

Os 126 consulados portugueses no mundo foram totalmente informatizados,

permitindo que 55 possam emitir directamente passaportes de alta segurança, e 87 por cento dos funcionários consulares receberam formação profissional em Lisboa, referiu o candidato socialista.

"Encontrámos consulados que trabalhavam como na Idade Média", salientou.

No sector da Educação, em 1995 gastava-se com a educação nas comunidades 4,2 milhões de contos, verba que em 2000 atingiu os 8,6 milhões de contos, acrescentou. Também o número de professores de

Português no mundo aumentou durante os governos socialistas, segundo Carlos Luís, que destacou o caso de França onde em 1994/95 havia 120 professores e 573 cursos de Língua Portuguesa e que actualmente conta com 152 professores e 764 cursos.

Segundo o candidato socialista pelo Círculo da Europa, em seis anos foram criados 18 centros culturais e 25 centros de Língua Portuguesa, o último dos quais inaugurado em Bissau há cerca de 15 dias, prevendo-se a inauguração de outro em Paris dentro de dias.

O ensino do Português à distância também registou "um forte impulso" com a inauguração do portal da Internet do Centro Virtual Camões (CVC) com cursos ministrados a partir de Lisboa a cerca de 30.000 estudantes universitários.

Apesar do "balanço positivo" Carlos Luís reconheceu que "há ainda muito para fazer" e aponta como uma das principais prioridades, caso seja reeleito, o aprofundamento dos mecanismos de apoio social aos emigrantes.

Promover o ensino integrado do Português e celebrar contratos-programa de valorização da Língua portuguesa em universidades estrangeiras e expandir o programa de estágios profissionais em Portugal (onde actualmente estagiam 400 jovens luso-descendentes) são outras das apostas do cabeça-de-lista do PS para o Círculo da Europa.



PINA MOURA DEFENDE

CONTINUAÇÃO DO PROCESSO DE LEGALIZAÇÃO DE IMIGRANTES

O cabeça-de-lista do PS pela Guarda, Pina Moura, defendeu a continuação do processo de legalização de imigrantes clandestinos, de forma a evitar a criação de guetos no País.

O ex-ministro das Finanças, que visitou a fábrica de calçado Rohde em Pinhel, de capitais alemães, lembrou os progressos registados em 2001 relativamente à legalização dos imigrantes clandestinos, mas defendeu a necessidade de continuar o processo.

"É preciso ter-se em conta o enquadramento social das comunidades de imigrantes, por forma a evitar a criação de guetos", sobretudo de pessoas vindas do Leste europeu, defendeu, recordando que o processo abrangeu mais de 100 mil pessoas em 2001.

Pina Moura sublinhou as medidas tomadas pelo governo de que fez parte relativamente às empresas.

"O Governo deu passos muito positivos nos últimos anos, baixou a tributação dos lucros de 36 para 25 por cento, criou o Programa Operacional para a Economia e estimulou a deslocalização de empresas do litoral para o interior", salientou.



SETÚBAL

PAULO PEDROSO CONTRA DESPEDIMENTOS

O cabeça-de-lista do PS em Setúbal, Paulo Pedroso, alertou para as consequências "negativas" da eventual aprovação de uma lei que permitisse

despedimentos sem justa causa, conforme pretendem as associações patronais que apoiam as propostas do PSD, tiradas da velha cartilha neoliberal.

Segundo Paulo Pedroso a aprovação de um tal diploma "ria provocar uma onda de grande agitação social, que deitaria por terra o esforço de investimento e de pacificação do distrito de Setúbal nos últimos anos".

O candidato, que falava durante um encontro dos candidatos socialistas a deputados com jornalistas do distrito, advertiu para os perigos de uma "onda de agitação que poderia provocar algumas fracturas sociais na região, e comprometer a reestruturação do emprego, que tem vindo a ser, progressivamente, realizada pelos governos do PS, e que só tem sido possível devido a um clima de paz social".

"Os despedimentos sem justa causa teriam efeitos negativos na atracção do investimento estrangeiro, porque se trata de uma lei que iria agravar a conflitualidade no distrito, que é um factor desmobilizador para as empresas", acrescentou.

O candidato socialista defendeu também a criação de uma "Autoridade Metropolitana de Transportes" tendo em vista uma melhoria da coordenação dos transportes públicos em toda a região da Grande Lisboa.

No encontro também não faltaram as críticas à proposta laranja de um "choque fiscal" para dinamizar a economia, que para Paulo Pedroso não é um choque fiscal mas sim "um cheque para os mais favorecidos, que ganham mais de 1.100 contos por mês".

CIENTISTAS AFIRMAM

ALTERAÇÕES DE RUMO SERIAM DESASTROSAS

“A qualidade científica de Portugal melhorou de uma forma espectacular nos últimos anos. Só com a criação de um saber novo o País é livre”
NUNO GRANDE

Um grupo de investigadores, numa carta aberta dirigida à comunidade científica, reconhece o investimento feito nos últimos anos – responsável pelo crescimento da produção científica nacional, mais do quántuplo da média da UE – e apela ao reforço da política no sector, considerando que alterações de rumo seriam desastrosas e fariam o País recuar anos na competição internacional.



No documento, os investigadores realçam que “Portugal é hoje um país respeitado internacionalmente pelo esforço que

empreendeu nos últimos anos no crescimento contínuo e significativo da investigação científica e tecnológica”, acrescentando que

“os valores de crescimento dos indicadores de desenvolvimento científico português, como o do número de doutorados em ciência e tecnologia (12 por cento ao ano) e o da produção científica (16 por cento ao ano), são os mais altos da Europa”.

Referindo que “o desenvolvimento científico e o progresso tecnológico desempenham um papel cada vez mais importante nas sociedades modernas pelas suas repercussões económicas, sociais e culturais”, os subscritores da carta aberta alertam para o facto de que “alterações de rumo, abrandamento no investimento, diluição da política científica e tecnológica teriam resultados desastrosos fazendo-nos recuar anos na competição internacional”.

Neste quadro, os investigadores apelam à comunidade científica para que, “neste momento de opções, contribua para o reforço e enriquecimento de políticas que prossigam o objectivo de vencer rapidamente o atraso científico e assegurem um futuro melhor para os portugueses, e um lugar entre as nações mais desenvolvidas na era da economia e da sociedade baseadas no conhecimento para Portugal”.

J. C. C. B.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

GAGO ALERTA PARA PERIGO DE RETROCESSO

O programa do PSD é um perigo em várias áreas. Desde a privatização da Segurança Social até ao choque fiscal, as propostas laranja são do mais requeentado conservadorismo, sob a capa de uma pseudo-modernidade. No sector da ciência e da tecnologia, segundo alertou o ministro da tutela, Mariano Gago, o programa laranja para esta área significaria para o País “um gigantesco retrocesso de muitas décadas”. “Embora o programa de governo do PSD para esta área seja extremamente vago, tanto quanto me foi dado perceber pretende separar a ciência da tecnologia e colocar a política científica na dependência da do ensino



superior”, afirmou o ministro da Ciência e da Tecnologia.

Na sua opinião, estas duas medidas trariam um retrocesso “conservador e reaccionário”, mesmo em relação a anteriores governos do PSD, que assumiram que a ciência e a tecnologia deveriam estar juntas por desempenharem um papel transversal em todos os sectores da sociedade.

No entanto, segundo Mariano Gago, um eventual governo PSD pretenderia criar um organismo especial só para as políticas da Sociedade da Informação, na dependência directa do primeiro-ministro.

Por outro lado, a intenção anunciada por Durão Barroso de juntar num mesmo Ministério a Ciência e o Ensino Superior também desagradou ao actual ministro.

“Imagino que seria um Ministério dominado pelas políticas de educação para o ensino superior, com uma Secretaria de Estado para as questões científicas”, disse.

Num comentário à carta aberta de 27 investigadores, apelando à manutenção do desenvolvimento verificado nos últimos anos neste sector, o ministro Mariano Gago sublinhou a “importância desta intervenção da sociedade civil”.

INICIATIVA DE MANUELA MELO

CRIADORES DEBATERAM VIDA CULTURAL DO PORTO

Cerca de cem artistas portuenses das mais diversas áreas participaram num debate sobre a vida cultural da cidade no pós-2001 promovido pela ex-vereadora da Cultura da autarquia, Manuela Melo, que integra como independente, pelo círculo do Porto, a lista de candidatos do PS às legislativas de 17 de Março. Inserido nas actividades de campanha do PS, o debate, que decorreu num bar da Cidade Invicta, contou com a presença dos ministros da Cultura e da Reforma Administrativa, Augusto Santos Silva e



Alberto Martins, que integram a lista do PS para o distrito do Porto.

Nota dominante ao longo das intervenções foi a preocupação manifestada por muitos criadores de poder vir a verificar-se uma desaceleração da dinâmica criada pelo Porto 2001.

Um dos intervenientes no debate, João Lopes Teixeira, que é cabeça-de-lista do Bloco de Esquerda pelo Porto, teceu duras críticas às propostas culturais do PSD e chegou mesmo a elogiar a sua adversária

política, ao alertar que “existe o risco de que os 12 anos da Manuela Melo e o Porto-2001 venham por água abaixo”.

Augusto Santos Silva, por sua vez, desferiu um ataque profundo e estruturado ao programa do PSD para a cultura, criticando, designadamente, o projecto laranja de encerrar o canal 2 da RTP e o propósito de valorizar, para efeitos de atribuição de subsídios, o conteúdo nacional das obras de criação.

A ESCOLHA DO MELHOR CAMINHO



JOSÉ ANTÓNIO VIEIRA DA SILVA

"Vem por aqui" - dizem-me alguns com os olhos doces
Estendendo-me os braços, e seguros
De que seria bom que eu os ouvisse
Quando me dizem: "vem por aqui!"
Eu olho-os com olhos lassos,
(Há, nos olhos meus, ironias e cansaços)
E cruzo os braços,
E não vou por ali...

JOSÉ RÉGIO
CÂNTICO NEGRO

Uma encruzilhada é sempre uma boa oportunidade para escolher o melhor caminho. As próximas eleições servem justamente para escolher as trajectórias que melhor se ajustam ao desenvolvimento da nossa comunidade. Mas também para dizer «não vou por aí» a quem nos quer levar por caminhos duvidosos.

No capítulo do equipamento social, vendo os programas dos maiores partidos, *dois são os caminhos que se abrem à escolha dos portugueses*. Um é aquele que é proposto pelo PS e que assenta numa opção clara, com reforço da coesão territorial e da eficiência da gestão pública. O outro caminho é o que o PSD propõe aos portugueses: o caminho do nevoeiro e da febre suspensiva.

Falemos então do primeiro para tentar perceber o segundo. *A proposta do PS é a de quem pode falar à vontade da obra feita*. Entre 1996 e 2001, os factos falam bem por si:

- Em seis anos de Governo PS foram construídos 716 quilómetros de auto-estradas, contra os 630 km construídos em 10 anos de governos PSD.
- Na ferrovia, com um investimento superior a 7 mil milhões de euros, avançou-se claramente no caminho da modernização.
- Na ampliação e reforço da capacidade dos aeroportos portugueses, investiram-se cerca de 850 milhões de euros, tendo avançado os trabalhos relativos ao novo aeroporto de Lisboa.
- Os portos nacionais foram alvo de um processo de modernização intenso que envolveu um investimento global de mais de 100 mil milhões

O caminho da demagogia, dos cartazes com crianças, é já um caminho que os portugueses conhecem. No domínio do equipamento social o que o PSD tem para oferecer é a *política do Portugal suspenso e adiado*, em contraste com a ambição e o rigor, a coesão e a solidariedade das propostas que o PS apresenta à sociedade portuguesa.

de euros, entre investimentos públicos e privados.

- O Metro de Lisboa passou de 19 Km e 27 Estações, para uma rede futura com 52 estações e 39,3 km. Os Metros do Porto e do Sul do Tejo já arrancaram.
- As condições de habitação das famílias melhoraram com a aplicação 5 Mil milhões de euros, contra os 1,8 Milhões de Euros gastos nos seis anos anteriores.
- O sector das comunicações cresceu de forma explosiva. O serviço móvel terrestre passou de 340,8 milhares de assinantes em 1995 para 7 204,1 milhares no 1º semestre de 2001.

Factos expressivos, sem dúvida, mas que têm por detrás de si a melhoria da qualidade de vida das pessoas e que, também por esse motivo, contrastam com o retrato do "Portugal do betão" de triste memória, das auto-estradas a rasgar parques naturais, sem preocupações ambientais e humanas. Mas que tem o PS para oferecer aos portugueses se for merecedor da sua confiança?

Tem *apostas estratégicas em que não vacila*: a Alta Velocidade, a rede de auto-estradas, o reforço dos nossos eixos competitivos. Conosco o Aeroporto na OTA vai mesmo avançar.

Tem *opções de coesão e solidariedade* a interligação das regiões, do litoral e do interior, assegurando o acesso às redes internacionais, desenvolvendo a rede de articulações locais à rede fundamental e valorizando a interação entre os modos de transporte. Conosco a auto-estrada vai chegar à Covilhã, a Chaves e a Bragança.

Tem *ideias para a gestão pública dos transportes*: uma política regulatória orientada para o bem-estar, um modelo institucional que acredita na parceria com o sector privado. Conosco a eficiência da gestão será uma preocupação permanente.

E o que tem o PSD nesta matéria para oferecer aos portugueses?

Tem uma *política de suspensão das obras públicas*: suspensão do Aeroporto da OTA, suspensão da Terceira Travessia sobre o Tejo, suspensão da alta velocidade. Como afirmou o secretário-geral do PS, o PSD só não suspende as obras da Barragem do Alqueva porque as comportas já foram fechadas. Tem *opções políticas que chegam tarde*: ligar Portugal a Espanha quando estiverem anos a litoralizar o país; desclassificar estradas para as autarquias agora que foi já celebrado um acordo histórico com a Associação Nacional de Municípios.

Tem, ainda, a *inconsciência da demagogia*: rever um Plano Rodoviário Nacional aprovado há menos de dois anos; concluir a rede de IP's e IC's já projectados, sem curar do esforço financeiro, não programado, que representa mais de 4 mil milhões de euros! Ora aqui está todo um programa: um cheque fiscal para os mais ricos e uma despesa que é um *choque frontal para as finanças públicas*. E que dizer da solidez da política para a Alta Velocidade? O Programa eleitoral do PSD de 1999 estabelecia de forma peremptória o TGV Porto - Lisboa - Madrid. No programa de 2002 o comboio voltou à gare dos "estudos prévios". No Aeroporto da OTA é o mesmo enredo: o dr. Oliveira Martins quer avançar, mas o eng.º Ferreira do Amaral prefere meter a marcha atrás e mandar os aviões para o Montijo quando já não conseguirem pousar na Portela, ao passo que o "ministro-sombra" quer estudar outras localizações. Ninguém se entende com este *pára arranca* e não admira que os eleitores se sintam enjoados com tanta indecisão e tanta demagogia acerca de opções estratégicas vitais para a competitividade do nosso país.

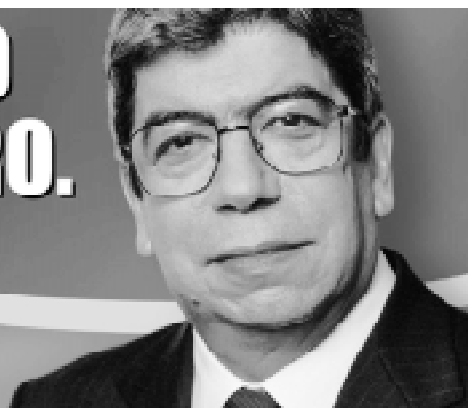
O caminho da demagogia, dos cartazes com crianças, é já um caminho que os portugueses conhecem. No domínio do equipamento social o que o PSD tem para oferecer é a *política do Portugal suspenso e adiado*, em contraste com a ambição e o rigor, a coesão e a solidariedade das propostas que o PS apresenta à sociedade portuguesa.

Na encruzilhada eleitoral que nos aguarda *há um caminho seguro para as estradas do nosso desenvolvimento*. É um caminho sem nevoeiro, sem areias movediças, sem atalhos que desembocam em precipícios. Mas é um caminho duro e difícil, que exige falar verdade, fazer bem e ter a coragem de o escolher quando do outro lado alguém nos chama com olhos doces e falas mansas.

VOTE NUM GOVERNO COM A MÃO DE FERRO.



www.ps.pt



III QCA

PORTUGAL A VELOCIDADE CRUZEIRO

O ritmo de execução do actual III Quadro Comunitário de Apoio é de “velocidade de cruzeiro”. Os números avançados pelo Governo no relatório global do Quadro, divulgados, na passada quinta-feira, pela ministra do Planeamento, mostram que o volume de aprovações de projectos e acções no âmbito III QCA atinge já os 40 por cento do total. A execução do terceiro Quadro – que decorre de 2000 a 2006 – no segundo semestre de 2001 foi de 76 por cento. Esta taxa de execução excede em 30,1 por cento a média da União Europeia (UE), enquanto a Espanha se fica por 14,8 e a Alemanha regista um desvio negativo de 28,2 por cento. Os fundos que mais pesam no quadro comunitário – Feder e Fundo Social Europeu – receberam transferências financeiras que praticamente completam os 100 por cento do programado para 2001. A excepção são o FEQGA e o IFOP que, por



razões que se prendem com a UE ter aprovado estes regulamentos seis meses depois dos restantes, ainda não apresentaram pedidos

de pagamento à Comissão Europeia relativamente ao primeiro ano, embora o Programa Operacional de Pescas já apresente

uma execução superior a 80 por cento. Desde 2000 e no âmbito do III QCA, foram criados 19 programas operacionais, 11 programas de iniciativas comunitárias e cinco programas regionais de acções inovadoras. Em relação aos riscos que o País enfrenta de perder fundos de Bruxelas, Elisa Ferreira mostrou-se confiante: “Estamos em condições confortáveis; temos 83 por cento dos fundos afectos a Portugal sem qualquer risco”. A ministra explicou ainda que, de acordo com a “regra da guilhotina” – aplicável em 31 de Dezembro de 2002 –, pode haver perda de fundos comunitários para os programas que não atinjam níveis mínimos de execução exigidos. Mas, acrescentou, “Portugal já salvaguardou 83 por cento dos fundos que deverá receber até 2008, possuindo ainda mais um ano para garantir os restantes 17 por cento”.

M. R.

ECONOMIA

PIB CRESCE ACIMA DA MÉDIA COMUNITÁRIA

O produto interno bruto (PIB) cresceu acima da média da Zona Euro, de acordo com os números divulgados sobre a evolução dos PIB's dos principais Estados-membros em 2001. No pior dos cenários de queda (um por cento) no último trimestre do ano passado, o PIB de Portugal, mesmo assim, apresentaria uma taxa de crescimento anual de 1,5 por cento. O valor de 1,5 por cento é o mínimo de várias previsões, as quais vão do intervalo 1,5-2,0 por cento, avançado pelo Banco de Portugal, a 1,9

por cento, das Perspectivas Económicas da OCDE, passando pelos 1,7 por cento das Previsões de Outono da Comissão Europeia. Uma eventual estagnação do PIB português no último trimestre, ou até uma queda, inserir-se-ia, de resto, na tendência apresentada pelas restantes economias. O comissário dos assuntos económicos e financeiros, Pedro Solbes, estimou, na segunda-feira, que a economia europeia terá crescido 1,5 por cento em 2001 e deverá crescer

outro tanto em 2002. O próprio Solbes precisou ainda que a velocidade do ritmo de crescimento da economia europeia terá estado no seu mínimo no quarto trimestre de 2001. A evolução do PIB da Zona Euro é condicionado pelas evoluções dos principais PIB, que são – em função dos números do terceiro trimestre de 2001 – o alemão, que representa 30,1 por cento do PIB da Zona Euro, o francês (21,6 por cento), o italiano (18,0 por cento) e o de

Espanha, que vale 9,6 por cento. Portugal, por sua vez, representa 1,8 por cento do PIB da Zona Euro. No PIB da União Europeia, que inclui os da Zona Euro mais Reino Unido, Suécia e Dinamarca, os principais Estados são Alemanha (23,2 por cento), Reino Unido (18,2 por cento), França (16,6 por cento) e Itália, com um peso de 13,8 por cento. Portugal representa 1,4 por cento do PIB da UE.

M. R.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UTENTES ACUSAM MELHORIA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Os portugueses constataam uma melhoria significativa nos serviços da Administração Pública durante os anos de governação socialista, sobretudo, no atendimento e na maior facilidade de acesso. A ideia generalizada de insatisfação dos cidadão face à qualidade dos serviços públicos é, afinal, incorrecta.

“A imagem dos serviços públicos em Portugal”, um inquérito realizado pela Equipa de Missão para a Organização e Funcionamento da Administração do Estado (EQOFAE), para o Ministério da Reforma do Estado e Administração Pública (MREAP), revela que cerca de metade dos mais de mil portugueses

questionados se afirmam “satisfeitos” ou “muito satisfeitos” com o conjunto de serviços disponibilizados pelo Estado. Aliás, os portugueses têm uma melhor percepção de qualidade dos serviços quando estes são analisados individualmente e não no seu conjunto. Ao serem inquiridos sobre cada um dos serviços, só os tribunais receberam nota negativa (51,9 por cento dos inquiridos não estão satisfeitos com este serviço). Mais de 73 por cento dos portugueses estão “satisfeitos”, ou “muito satisfeitos” com os serviços públicos em análise pelo EQOFAE. São os respondentes com maiores habilitações que demonstram uma opinião tendencialmente mais negativa. O estudo confirma, aliás, a ideia que é difícil agradar a “gregos e a troianos”. Curiosamente, os inquiridos apontam as mesmas causas de insatisfação e satisfação. Se 70,6 por

cento se queixam da rapidez no atendimento, do horário de funcionamento, da formação de trabalhadores, ou da relação com a burocracia, 61,8 por cento manifestam opinião contrária. Os indivíduos com menores habilitações apontam como factor mais negativo na qualidade dos serviços públicos as questões que estão ligadas ao horário de atendimento, ao passo que, os respondentes com profissões mais qualificadas, remetem para a qualificação dos funcionários a sua opinião negativa. Analisando as satisfações dos cidadãos por cada um dos sectores da administração pública chega-se à conclusão de que, à excepção do caso dos tribunais, os portugueses encontram-se globalmente satisfeitos com a qualidade dos serviços. Pela satisfação registada nas áreas da saúde, conservatórias, notários e serviços de identificação, repartições de Finanças e Polícia,

foi posta em causa não só a opinião generalizada, mas também os resultados de outros estudos recentes. O trabalho elaborado para o MREAP revela que os serviços públicos mais apreciados pelos portugueses são os estabelecimentos de ensino, bibliotecas e museus com níveis de satisfação/muita satisfação superiores a 86 por cento. Surpreendente é também a comparação com o que se passa no estrangeiro. Nos hospitais e centros de saúde só os franceses (79 por cento) estão mais satisfeitos com os seus serviços do que os portugueses (66,6 por cento). Quanto às conservatórias, notários, e serviços de identificação, às repartições de finanças e tesourarias e à polícia, os portugueses surgem sempre em primeiro lugar com níveis de satisfação superiores a 70 por cento em todos os casos.

M. R.



ALQUEVA

INDEPENDÊNCIA AGRO-ALIMENTAR

O primeiro bloco de rega do empreendimento do Alqueva, que servirá perto de dois mil hectares de regadios no concelho de Ferreira do Alentejo já entrou em funcionamento.

O ministro da Agricultura, Capoulas Santos, inaugurou este bloco, que começa a funcionar cerca de três semanas após o fecho das comportas da barragem do Alqueva, integrado na infra-estrutura 12, a segunda fase do perímetro de rega de Odivelas, orçado em cerca de 65 milhões de euros.

A cerimónia inaugural decorreu, no dia 1, na barragem do Marmelo, junto a Figueira dos Cavaleiros, freguesia que, juntamente com a de Ferreira do Alentejo, vai ser beneficiada pelos regadios.

Trata-se, pois, de "um acto simbólico" demonstrativo de que o "Alqueva não é só uma grande barragem, é um sistema agrícola".

A infra-estrutura 12 do empreendimento de fins múltiplos (EFM) do Alqueva está dividida em três blocos de rega e abrange uma área total que ronda os seis mil hectares.

A estrutura fundiária predominante na segunda fase do perímetro de Odivelas é a média e pequena propriedade, sendo beneficiados 307 proprietários distribuídos por 482 prédios.

Os primeiros dois mil hectares poderão, a partir de agora, começar a ser regados pelos agricultores e, segundo o Ministério da Agricultura, os dois restantes blocos deverão ficar concluídos ainda este ano, em Setembro.

A empreitada incluiu a construção do canal adutor principal - com 16 quilómetros de extensão e capacidade de transporte de 6,9 metros cúbicos por segundo -, de uma estação elevatória e rede de rega, assim como a reabilitação da barragem do Marmelo.



A água que possibilitará a irrigação daqueles solos agrícolas não virá directamente da albufeira do Alqueva mas da de Alvito, uma das 19 barragens que compõem o sistema global de rega do projecto.

Capoulas Santos lamentou também que a rega a proporcionar pelo Alqueva abranja apenas um total de 110 mil hectares porque, disse, "Portugal, para ser competitivo, precisa de água". Em relação à preparação dos agricultores alentejanos, tradicionalmente especialistas em agricultura cerealífera de sequeiro, para as culturas de regadio, o governante não duvida do sucesso.

"O melhor exemplo são os agricultores da zona da barragem do Roxo ou de Odivelas, onde já há

experiências de regadio e existe uma agricultura próspera", disse.

Água por encomenda

O projecto da rede de rega na infra-estrutura 12, segundo a entidade gestora do empreendimento (EDIA), foi executado por forma a disponibilizar a água "a pedido", ou seja, 24 horas diárias, 365 dias/ano.

A segunda fase do perímetro de Odivelas disporá também de uma sistema de telegestão, o qual permitirá a observação do estado hidráulico da infra-estrutura de rega.

O mesmo sistema permitirá também o controlo em tempo real de todos os equipamentos, a partir

de uma unidade central que ficará instalada na sede da Associação da Beneficiários de Odivelas, em Ferreira do Alentejo.

Neste local, poderão ser supervisionadas as horas de abertura e fecho das bocas de rega, os caudais instantâneos em cada boca de rega, as pressões em pontos críticos da rede e os dados para facturação automática da água.

A infra-estrutura 12 integra ainda três reservatórios de regularização, três estações elevatórias, 45 quilómetros de condutas enterradas e 320 hidratantes. Integrado no Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, o regadio é apenas uma das valências de um projecto cujo principal objectivo é a criação de uma reserva estratégica de água no Alentejo.

O sistema global de rega, que abrange 110 mil hectares, é composto por uma rede de canais e condutas com uma extensão de cinco mil quilómetros.

Os agricultores de Ferreira do Alentejo são os primeiros a beneficiar deste investimento, tendo o Governo fixado já o preço do metro cúbico de água a disponibilizar em 5,5 cêntimos de imediato e oito cêntimos a partir de 2008.

Durante a cerimónia da passada sexta-feira, Capoulas Santos homologou e entregou ainda as convenções de financiamento do programa Leader aos grupos de acção local de diversas regiões do País.

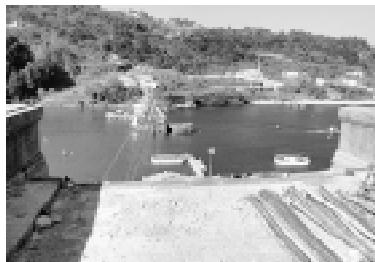
Através do Leader pretende-se complementar as restantes intervenções ligadas à agricultura e à ocupação dos territórios.

O objectivo, segundo o Ministério da Agricultura, é incentivar "a concretização de acções originais, inovadoras e de qualidade reconhecida que visem o desenvolvimento local das zonas consideradas mais carenciadas de iniciativas dessa natureza".

MARY RODRIGUES

ENTRE-OS-RIOS

GOVERNO SOLIDÁRIO



O primeiro-ministro, António Guterres, participou no serviço religioso em memória das vítimas da tragédia de Entre-os-Rios, manifestando solidariedade e pesar pela dor das famílias enlutadas. Também presentes na cerimónia que assinalou o primeiro aniversário da tragédia estiveram os secretários de Estado da Administração Interna, Carlos Zorrinho, e das Obras Públicas, Vieira da Silva.

A missa, que decorreu no pavilhão gímnodesportivo de Castelo de Paiva, foi presidida pelo bispo do

Porto e concelebrada por todos os párocos das localidades que perderam habitantes no colapso da ponte.

D. Armindo Lopes Coelho orientou a sua homilia para as famílias "dando-lhes uma palavra de esperança e pedindo-lhes que olhem para a morte como um caminho para a vida eterna".

No colapso da ponte de Entre-os-Rios, ocorrido a 4 de Março de 2001, foram arrastados para o rio Douro um autocarro com 53 ocupantes e três automóveis ligeiros, com um total de seis passageiros. Apesar de todos os esforços feitos, destas 59 vítimas mortais, só foi possível resgatar 23 corpos.

PATRIMÓNIO

INVESTIMENTO EM MOSTEIROS DE SALZEDAS, FERREIRIM E TAROUCA

O Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) vai aplicar, até 2006, mais de quatro milhões de euros (800 mil contos) na valorização do Mosteiro de Salzedas, Viseu, um dos três edifícios monásticos visitados, no passado dia 2, pelo primeiro-ministro.

António Guterres recordou que a recuperação deste monumento não é um acto isolado, explicando a sua integração num plano de intervenção que abrange os "20 dos mosteiros mais importantes do País" - o Programa de Recuperação de Conjuntos Monásticos do IPPAR.

O governante valorizou o investimento de 130 milhões de euros (26 milhões de contos) a realizar até 2006 nas duas dezenas de mosteiros, por considerar que "um país só tem futuro se tiver passado, raízes, cultura, identidade e tradição".

Assim, serão ainda beneficiados por esta medida o mosteiro de São João de Tarouca e o convento de Ferreirim, também visitados por Guterres.

Para possibilitar as obras de restauro, o IPPAR celebrou um contrato de comodato por 20 anos com a Diocese de Lamego e a família proprietária e um protocolo de colaboração com a Comissão de Coordenação da Região Norte e a Câmara de Tarouca que estabelece o financiamento do plano de intervenção.

Durante a visita de mais de quatro horas aos concelhos de Lamego e Tarouca, acompanhado pelos ministros da Cultura e do Planeamento e pelo presidente do IPPAR, o primeiro-ministro esteve também na aldeia vinhateira de Ucanha.

Trata-se de uma das cinco aldeias que foram seleccionadas, numa primeira fase, para o Programa das Aldeias Vinhateiras, cujas intervenções devem começar durante o primeiro semestre do corrente ano.

Segundo Elisa Ferreira, que homologou a candidatura de Ucanha, o programa pretende "que as pessoas reencontrem as suas dinâmicas próprias em prol de um desenvolvimento mais sustentado e equilibrado".

A proposta do PSD, essa, representa um “mix” sem consistência, em que o estilo, o método, os meios e os fins anunciados são incoerentes. É uma espécie de “melting pot” de tudo o que naquela experiência precisa de ser corrigido e reparado.

O QUE ESTÁ EM CONFRONTO

1. Durante a década 85/95, o País conheceu uma gestão política que privilegiou as infraestruturas materiais, subvalorizou a educação, a qualificação profissional e as áreas sociais, não efectuou reformas do Estado e desenvolveu – obviamente dentro do quadro constitucional – um estilo de decisão autoritário, com escassa aptidão para ouvir e dialogar (solução A). Por aí, ou também por aí, caiu nas eleições de 1995.

2. Durante o sexénio político seguinte, a gestão socialista (solução B) reorientou o esforço público para as áreas da educação (em particular o pré-escolar) e sociais (em especial a segurança social), procurou realizar reformas no domínio do Estado (não tendo conseguido levar a cabo a maior que nos propúnhamos: a regionalização) e da fiscalidade, e desenvolveu um estilo político aberto ao diálogo, sensível às reacções, orientado para a obtenção de consensos. Também este estilo de governo – em parte explicado pela ausência de maioria absoluta – desenvolveu vulnerabilidades que deram o seu contributo para o encerramento do ciclo político antes do termo normal da legislatura.

3. O que está agora em causa não é o regresso da solução A e o afastamento do governo da solução B. Por força das pessoas e das circunstâncias, são soluções novas que estão em presença – não o ver seria, para os socialistas e para os portugueses, uma cequeira desastrosa.

4. Do lado do PSD, comparecem um programa e um estilo diferentes dos do passado. A reforma fiscal prometida significa a orientação do peso do Estado ainda mais para cima dos que têm menos rendimentos, numa guinada sem precedentes próximos. As palavras chave que identificam a modernização pretendida são, além de privatização, liberalização e flexibilização. As grandes infraestruturas (que constituíram no passado uma das glórias da solução A) são agora para suspender, adiar, cancelar. Mas sobretudo o estilo político que agora Durão Barroso encarna tem pouco a ver com o que Cavaco Silva personificou.

Cavaco Silva surgiu como a competência financeira trazida para o centro do exercício político. Durão Barroso representa o político profissional que revela – mais um – a sua impreparação económico-financeira. A fórmula A não se distinguiu, é preciso reconhecê-lo, pela promessa fácil, pelo ziguezague, pelo desejo de agradar, pela demagogia recorrente. O que agora enfrentamos caracteriza-se justamente por isso: promete-se mais e mais, com mais despesa, altera-se o que se prometeu, joga-se demagogicamente com problemas sociais como forma de fugir às questões colocadas pela realização de grandes infraestruturas que são indispensáveis para o desenvolvimento do País.

5. A fórmula que o PSD agora propõe oferece aos eleitores o que é de abandonar em cada uma das fórmulas anteriores e deita fora o que é de conservar. De Durão Barroso se pode dizer que representa o que há de mais fraco em dois mundos.

Dum, reteve a inclinação para a promessa, o objectivo de agradar, a facilidade de alterar em função da reacção, a lógica do adiamento, o uso de dramas sociais e de palavras sensibilizadoras para produzir emoções políticas inadequadas para a decisão dos problemas em causa. Pense-se o que se pensar da década 85/95, não era este estilo nem esta cultura de governo que a caracterizavam.

6. A actual solução do PSD, por outro lado, deita fora o que foi mais forte e positivo em cada uma das soluções anteriores.

Ao prometer adiar ou cancelar grandes investimentos públicos renega a capacidade realizadora do cavaquismo. Goste-se ou não, o discurso e a postura de Cavaco Silva em relação a grandes infraestruturas públicas nunca foi o de suspender, diferir ou condicionar em função de argumentos de facilidade emocional.

Com o discurso privatizador sobre a segurança social e a desvalorização das responsabilidades

públicas em áreas como a educação e a saúde, a solução PSD prefigura uma desarticulação liberal do Estado social – que procurámos desenvolver num país que praticamente ainda o não tinha conhecido – propondo-se “desconstruir” o melhor do trabalho socialista.

7. É contra isto que a proposta socialista se apresenta como uma síntese experimentada do que esteve bem e do que teve êxito na nossa história política recente:

- A preparação e a capacidade económico-financeira, numa hora que particularmente a exige, em vez da facilidade discursiva tremendista sobre a situação;

- A aposta nas responsabilidades sociais do Estado democrático num país que quer aproximar-se depressa dos melhores da Europa;

- A percepção de que o estilo político que hoje é desejado e o único que pode promover uma nova confiança no poder democrático, assenta na capacidade de realização, na preparação e na competência, na persistência nos objectivos, na força moral necessária para dizer a verdade em vez de a retratar com as cores da demagogia ou da sedução.

8. A nossa proposta reúne, pois, o melhor da experiência política das últimas décadas e coloca-o ao serviço do futuro dos portugueses. A proposta do PSD, essa, representa um “mix” sem consistência, em que o estilo, o método, os meios e os fins anunciados são incoerentes. É uma espécie de “melting pot” de tudo o que naquela experiência precisa de ser corrigido e reparado.

Parafraseando uma máxima anglo-saxónica, podemos dizer que a proposta do PSD se preocupa com a reparação do que não estragámos – e recupera para o uso, como se continuasse a ser bom, aquilo que está realmente estragado.

É nossa responsabilidade, nos curtos dias que nos separam do acto eleitoral, explicar aos portugueses, feitas as contas à experiência política dos últimos quinze anos, que não se progride deitando fora o que deve ser guardado e guardando o que deve ser deitado fora. E que, pelo contrário, com os socialistas, deita-se fora o que deve ser deitado fora e é guardado o que deve ser guardado!



ALBERTO COSTA

O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTESS CONTAS:

Nova Rede - Conta nº 00237931010 - NIB 003300000023793101005

CGD - Conta nº 0121001364130 - NIB 003501210000136413097

BES - Conta nº 023654960002 - NIB 000700230065496000278



BRUXELAS

CONVENÇÃO SOBRE O FUTURO DA EUROPA ARRANCOU

“Um projecto de futuro significa afirmar a Europa como um pólo de referência cultural, económico e social no mundo, capaz de promover a inovação e a investigação, a educação e a mobilidade, em nome de valores inerentes à nossa comum tradição humanitária e racionalista”

ANTÓNIO VITORINO

Tiveram início no dia 28 de Fevereiro, em Bruxelas, os trabalhos da Convenção sobre o Futuro da Europa, que se prolongarão durante um ano, cujo objectivo central é proceder a um balanço do processo de integração europeia e definir as suas linhas de força para o futuro, num contexto marcado pelo processo de globalização de duplicação do número de Estados-membros a curto prazo.

O representante da Assembleia da República à Convenção, o socialista Alberto Costa, disse em Bruxelas, na abertura dos trabalhos, que “todos os Estados de menor



dimensão vão estar muito atentos” à tentativa dos “grandes”, como a França, Alemanha, Reino Unido e Itália, de aumentar o seu poder no processo decisório da UE.

Alberto Costa pretende que a Convenção “centre a Europa nalgumas matérias essenciais que incluem necessariamente a coesão, a justiça social, a solidariedade”.

O fórum, que é presidido pelo ex-presidente francês Valéry Giscard d'Estaing, junta parlamentares europeus e nacionais, representantes do Conselho e da Comissão, bem como observadores dos países candidatos à adesão, que têm por missão elaborar uma proposta de Constituição Europeia a ser presente à Conferência Intergovernamental de 2004.

A decisão final sobre as alterações institucionais e outras que forem apresentadas será tomada pelos chefes de Estado e de Governo, por unanimidade, depois de debatidas numa conferência intergovernamental, que se reunirá em 2004. Entre os 105 membros da Convenção estão os camaradas Alberto Costa (deputado à Assembleia da República), António Vitorino (comissário europeu, representante da Comissão Europeia) e Luís Marinho (eurodeputado socialista, representante do Parlamento Europeu).

J. C. C. B.

JUSTIÇA COMUNITÁRIA

REGISTO CRIMINAL COMUM É “PASSO DECISIVO”

Apresentada por António Costa, a proposta portuguesa de criar na União Europeia (UE) um registo criminal comum das pessoas condenadas recebeu “acolhimento positivo” dos ministros da Justiça dos Quinze, na reunião em que se debateu a cooperação internacional da União contra o crime organizado.

“Uma condenação (num Estado da UE) deve ser tida em conta quando a mesma pessoa for julgada noutro país (comunitário) pelo mesmo crime”, precisou Costa no encontro, adiantando que Portugal apresentará “em breve uma iniciativa” nesse domínio aos restantes parceiros comunitários.

Os crimes cuja prática terá inclusão nessa lista serão inicialmente poucos, relacionados com o tráfico de droga e de seres humanos, por serem áreas onde “a transnacionalidade (da sua prática) é mais evidente”, considerou.

Para o governante português, o “passo essencial” consistirá em aprovar o registo criminal comum, sendo “mais fácil começar por um número limitado de crimes” e avançar depois gradualmente para outros domínios



como o terrorismo e a corrupção. O ministro da Justiça congratulou-se depois com a inscrição, no mandato de negociações que a UE vai realizar com os Estados Unidos da

América (EUA) em matéria de cooperação judicial, da garantia de respeito por uma especificidade portuguesa nesse domínio.

Trata-se da pena de prisão perpétua, em que Portugal só extradita cidadãos para os Estados Unidos com a garantia da sua não aplicação ou, em caso contrário, de revisão obrigatória do processo passados alguns anos.

A negociação em causa, cuja importância aumentou depois dos atentados terroristas de 11 de Setembro, tem como pano de fundo a rejeição pelos Quinze da aplicação da pena de morte aos cidadãos extraditados para os Estados Unidos.

O nosso país – onde a pena máxima é de 25 anos – tem ainda as referidas restrições à aplicação da pena de prisão perpétua, já consagrada num acordo bilateral com os Estados Unidos.

A questão coloca-se pelo facto de um futuro acordo da UE com os Estados Unidos no domínio judicial substituir os acordos bilaterais dos Estados membros com Washington.

No caso de os negociadores comunitários

deixarem passar aquela particularidade portuguesa, o assunto terá de ser depois ultrapassado a nível bilateral entre Lisboa e Washington, num outro processo negocial.

“Ficou garantido que a UE terá de assegurar” a obtenção daquelas garantias por parte dos Estados Unidos, frisou Costa.

No encontro da passada quinta-feira, os ministros da Justiça e Administração Interna dos Quinze aprovaram ainda o plano global de luta contra a imigração ilegal, apresentado pela presidência espanhola com base num documento da Comissão.

Severiano Teixeira, ministro da Administração Interna português, disse que o ponto mais significativo do plano diz respeito à política de vistos.

Haverá um sistema de troca de informações entre os Estados-membros para identificação dos titulares dos vistos por forma a reforçar a segurança da sua concessão, bem a inclusão de uma fotografia dos requerentes no documento.

M.R.

Não, não quero um primeiro-ministro de Portugal que mais parece um daqueles cachorrinhos que a tudo e todos acena favoravelmente com a cabeça. Um invariável sim em função dos interlocutores: sim à flexibilização da legislação laboral perante os empresários do sector do turismo; sim à alcoolemia em 0,5 face a agricultores ou sim à Universidade de Bragança perante os bragantinos.

Não, não quero um primeiro-ministro de Portugal que concerte estratégias partidárias com prejuízo da imagem e do prestígio internacional de Portugal, só porque, em teoria, se pode ganhar uns votinhos.

Não, não quero um primeiro-ministro de Portugal que minta descaradamente, que apele ao Presidente da República para intervir em questões em que sabe estarem em curso iniciativas presidenciais. No comício de Setúbal participou Santana Lopes, um dos potenciais dirigentes PSD a saber dos contactos presidenciais. Será coincidência?

Não, não quero um primeiro-ministro de Portugal que mais parece um daqueles cachorrinhos que a tudo e todos acena favoravelmente com a cabeça. Um invariável sim em função dos interlocutores: sim à flexibilização da legislação laboral perante os empresários do sector do turismo; sim à alcoolemia em 0,5 face a agricultores ou sim à Universidade de Bragança perante os bragantinos. E, absurdo do absurdo, defender que "se algum político disser que vai aumentar salários e pensões está a mentir aos portugueses" (Conferência do "Diário Económico", 6 de Março), alguns dias após ter espalhado pelo País um "outdoor" "Pensões mais justas - Fazer agora... o que não fizeram em 6 anos".

Não, não quero um primeiro-ministro de Portugal que se afirme por generalidades e por uma fúria suspensiva baseada na premissa artificialmente construída de que o PS deixou as finanças e o País num caos. Suspensão da Ota; suspensão do processo de co-incineração; suspensão da reforma curricular, suspensão da compra dos submarinos; suspensão do aterro Sanitário do Oeste e de tudo o mais que possa ser susceptível de render votos fáceis.

Não, não quero um primeiro-ministro de Portugal, de tal modo apaixonado por Espanha, que, na questão do novo Aeroporto Internacional da Ota e na questão do Euro 2004, mais parece querer favorecer os interesses espanhóis. Ou será (não do guaraná) que a paixão internacional é tal que já nem repara que Badajoz quer ter um grande Aeroporto internacional (quicá Ibérico, na lógica espanhola); que os espanhóis nunca digeriram a perda da organização do Euro 2004 e que Jardel, por melhor goleador que seja, não vota

Como se não bastasse, propõem, entre outros delírios, o agravamento do IVA, ou seja, o tal imposto cego, em que todos, ricos ou pobres, levam pela mesma tabela, sem distinção.

Não parece razoável que alguém de bom senso possa, na actual conjuntura, tecer prognósticos pretensamente fiáveis sobre quem vai ganhar as eleições legislativas no próximo mês de Março. Menos razoável ainda, é a arrogância e a euforia notoriamente incontidas nas hostes laranja, como que saboreando antecipada e voluptuosamente as delícias de uma vitória pré-anunciada. Conhecida a realidade sócio-política do nosso País, uma coisa, porém, parece incontroversa: é que o vencedor será, seguramente, um dos dois principais partidos, o PS ou o PSD e, consequentemente, primeiro-ministro Ferro Rodrigues ou - quem diria? - Durão Barroso.

Assim sendo, é importante, neste momento, reflectir sobre o que cada um dos partidos fez, quando no Governo e, sobretudo, que soluções e propostas - não confundir com ilusões ou banha da cobra - têm para enfrentar os difíceis problemas com que o País se confronta.

Do que fizeram, e para não perder muito tempo com o passado, já que é sobretudo do futuro que interessa falar, limito-me a perguntar: é ou não verdade que o País se tem vindo a desenvolver e que os portugueses, em geral, vivem hoje bastante melhor do que na década anterior, com os Governos do PSD, e do Dr. Durão, na altura, sublinhe-se, o delímico ou discípulo predilecto do Dr. Cavaco.

E no plano social atente-se nestes dois exemplos muito simples, mas também muito sintomáticos: em 1995, o valor do salário mínimo nacional era de 52 mil escudos e para o serviço doméstico de 45.700 escudos, em 2002 é de 69.770 escudos e de 68.410 escudos, respectivamente, ou seja, muito acima da inflação acumulada de 17,5 por cento. Em 1995, um casal de baixos rendimentos e com três filhos dependentes recebia, mensalmente, de abono de família cerca de sete mil escudos, hoje o seu valor é de dezoito mil escudos, ou seja, quase o triplo.

Esclarecidos nesta matéria, que não é despendianda, muito pelo contrário, já que tem a ver directamente com as condições de vida dos mais desfavorecidos, vejamos sumariamente o que nos propõem, em termos de futuro:

Com o PS e o Ferro Rodrigues, as políticas sociais continuarão a ter um papel preponderante, nomeadamente, com a atribuição de um salário mínimo nacional para cada casal de idosos carenciados e a continuação do RMG, a prescrição obrigatória dos medicamentos genéricos, a garantia de melhor escolaridade e/ou formação profissional para todos os jovens até aos dezoito anos etc., bem como as questões relacionadas com as acessibilidades, o ambiente e a qualidade de vida,

PORTUGAL NÃO PODE PARAR

para as eleições legislativas.

Não, não quero um primeiro-ministro de Portugal que se conforme com afirmações desumanas com as proferidas por Cavaco Silva sobre os funcionários públicos, o "temos que esperar que acabem por morrer", a menos que seja parte integrante da estratégia para cumprir esse designio ao admitir implicitamente o congelamento dos salários da Função Pública. Não, não quero um primeiro-ministro de Portugal que defenda que nada pode prometer porque o País está um caos, mas coloque cartazes com promessas que aumentam a despesa pública. Um primeiro-ministro que defenda que o mais importante não está escrito nos Programas de Governo, mas nas intenções e na força que se coloca na governação. E todos sabemos que o subconsciente neo-liberal de Barroso ou os lóbis vão empurrá-lo para uma privatização parcial ou total da segurança social e do acesso aos cuidados de saúde. Porque Portugal não pode parar. Porque não podemos ter um primeiro-ministro que mente, que se anula à voz dos técnicos de marketing e que diz o mesmo e o contrário só para agradar ao interlocutor. Por tudo isto, porque precisamos de um primeiro-ministro sério e competente, o interesse nacional impele-nos a cerrar fileiras para que o PS vença as eleições de 17 de Março e Ferro Rodrigues seja o novo primeiro-ministro de Portugal.



ANTÓNIO GALAMBA

CUIDADO COM OS CANTOS DE SEREIA

designadamente, a disseminação da recolha selectiva de resíduos e a co-incineração. Paralelamente, manter-se-á o compromisso macroeconómico do défice zero das contas do Estado em 2004, da redução progressiva dos impostos (IRS e IRC), da quebra do sigilo bancário em casos de indícios de fraude ou evasão fiscais, da reavaliação da tributação patrimonial, da reforma da Justiça, tornando-a mais célere e eficaz, particularmente nos casos de flagrante delito.

Por seu lado, o que nos propõe o PSD de Durão Barroso? Para além da habitual cassette catastrofista do País à beira do apocalipse (como se nos seus dez anos de governo, Portugal alguma vez tivesse saído da cauda da Europa, quer na produtividade, quer nos salários ou índices de desenvolvimento!) vêm, agora com uma enorme lata prometer a redução drástica do IRS e do IRC, pretensamente para captar investimento e aliviar a classe média e os trabalhadores por conta de outrem.

O problema é que, segundo os especialistas, tais medidas conduziram a um buraco nas receitas, da ordem dos 700 milhões de contos, só beneficiando no IRS cerca de 20 a 30 mil contribuintes com rendimentos acima dos 15 mil contos ano. Quinze mil contos!... Qual classe média... quais trabalhadores?!... Não brinquem com o Zé Povinho.

Como se tanta "generosidade" não bastasse, propõem, entre outros delírios, a privatização de Caixa Geral de Depósitos, a renegociação do pacto de convergência real (como se isso dependesse de Lisboa) e o agravamento do IVA, ou seja, o tal imposto cego, em que todos, ricos ou pobres, levam pela mesma tabela, sem distinção.

Neoliberalismo disfarçado de socialdemocracia... não... obrigado!



GIL FRANÇA

A SEMANA PREVISTA

SEG.
TER.
QUA.
QUI.
SEX.
SÁB.
DOM.

Liderada por Ferro Rodrigues, a caravana socialista continua na estrada levando a mensagem de solidariedade e desenvolvimento aos distritos do Porto, Viseu, Vila Real, Bragança, Guarda, Castelo Branco, Setúbal e Viana do Castelo.

Na sexta-feira, 8 de Março, comemora-se o Dia Internacional da Mulher. No âmbito da campanha, as Mulheres Socialistas têm previsto uma distribuição de rosas no Largo do Rato em Lisboa.

Raul Rêgo será alvo de uma homenagem póstuma que se realizará no sábado, 9 de Março, no Museu da República em Lisboa, e que contará com a presença do ministro das Finanças, Guilherme d'Oliveira Martins.

O ministro da Economia, Braga da Cruz, desloca-se a Fátima para uma reunião com empresários. O tema do encontro é o futuro da economia portuguesa analisada a partir das expectativas destes agentes económicos.

José Lello, na qualidade de ministro da Juventude e Desporto, profere na Universidade Portucalense uma alocução sobre o Euro 2004.

O Presidente da República preside no Conselho Nacional da Educação a um debate sobre "Qualidade e Avaliação da intervenção" em que também participa o ministro da Educação, Júlio Pedrosa.

São inauguradas pelo secretário de Estado do Ensino Superior as novas instalações do Instituto Politécnico de Leiria.

ACÇÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS

FEDERAÇÕES DO PS

BAIXO ALENTEJO
TEL 284 32 34 47 FAX 284 32 16 22

BRAGANÇA
TEL 273 32 42 20 FAX 273 33 10 92

CASTELO BRANCO
TEL 272 34 44 59 FAX 272 32 65 95

ÉVORA
TEL 266 70 22 72 FAX 266 74 19 24

FARO (Região Oeste)
TEL 261 32 35 98 FAX 261 31 56 20

GUARDA
TEL 271 21 29 69 FAX 271 22 30 37

LEIRIA
TEL 244 82 26 62 FAX 244 82 41 65

PORTALEGRE
TEL 245 20 14 21 FAX 245 20 32 22

VIANA DO CASTELO
TEL 258 82 40 86 FAX 258 82 40 86

VILA REAL
TEL 259 32 25 86 FAX 259 32 64 92

MADEIRA
TEL 291 22 56 12 FAX 291 23 00 25



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**
Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvino@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**
Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelbranco@partido-socialista.pt
Mary Rodrigues
maryr@partido-socialista.pt

Secretariado **Sandra Anjos**
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet **www.ps.pt/accao**
E-mail **Accao.Socialista@partido-socialista.pt**

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N° 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa



Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico
Junto envio o valor da assinatura

Quero renovar a assinatura
Junto envio o valor da assinatura

Cheque
 Vale de correio 12 meses

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo
1400-091 Lisboa

Nome _____
Morada _____
Localidade _____ Código Postal _____

Assinaturas	12 meses
	52 números
Continente	25 €
Regiões Autónomas	32 €
Macau	54 €
Europa	63 €
Resto do Mundo	92 €

O valor das assinaturas
de apoio é livremente fixado
pelos assinantes
a partir dos valores indicados

